



Nº 1166 - Semanal
0,50 €

5 Setembro 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvano Gomes da Silva

Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt



PROSSEGUE CARAVANA DE RECOLHA DE ASSINATURAS

O sucesso da caravana na recolha de assinaturas no âmbito da campanha pela reposição do crédito bonificado à habitação levou a que os responsáveis do PS e da JS decidissem prorrogar por mais um mês esta iniciativa.

► Página 4

RENTRÉE

FERRO DESAFIA DURÃO A BAIXAR O IVA E REPOR CRÉDITO BONIFICADO À HABITAÇÃO

► Página 5



PS PROPÕE TRANSPARÊNCIA NAS CONTAS PÚBLICAS

► Página 7

ENTREVISTA A MARIA SANTOS

JOANESBURGO FOI A CIMEIRA DA INSUSTENTABILIDADE

O empenho político e a determinação séria de salvar o planeta foram as ausências mais notadas na Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável. Por isso, Maria Santos não hesita em falar de "decepção" quando faz o balanço da magna reunião de Joanesburgo. É que, para resolver os problemas da Terra não bastam discursos e declarações de boas intenções.

Quanto à actuação portuguesa na cimeira, Maria Santos, em entrevista ao "Acção Socialista", critica fortemente a atitude inócua do primeiro-ministro e o discurso inconsistente do ministro do Ambiente.

► Página 11



16/09/2002
Este é o último dia.

PÁGINA 7

A SEMANA REVISTA

Ferro Rodrigues e Jamila Madeira estiveram juntos em Santarém para fazer o balanço da petição pela reposição do crédito bonificado à habitação.

Realizou-se a primeira reunião da direcção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, após as férias da Assembleia da República.

A COC reuniu-se para tratar de assuntos relacionados com a preparação do próximo Congresso do Partido Socialista.

Carlos César marcou ontem a “rentrée” do PS/Açores com um jantar na Ilha Terceira. O presidente do Governo Regional lembrou aos socialistas açorianos a obra feita ao longo dos últimos seis anos de governação.

A Comissão Parlamentar dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias reuniu-se a pedido dos deputados socialistas para ouvir as explicações da ministra da Justiça sobre as recentes mudanças na direcção da Polícia Judiciária.

A sessão plenária do Parlamento Europeu contou com as intervenções dos eurodeputados socialistas, Joaquim Vairinhos, Manuel dos Santos, Paulo Casaca, Helena Torres Marques e Sérgio Sousa Pinto.

Chegou ao fim a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, com a apresentação das conclusões dos trabalhos desenvolvidos durante dez dias.

ZONZOS

ANTOONIO COLAÇO

“Eu pertenço a uma geração que chegou agora ao poder e nada tem a ver com querelas ideológicas”

José Manuel Durão Barroso, 30/08/02

“Fico um pouco zonzos, porque não entendo como é que o primeiro-ministro pode nada ter a ver com os debates ideológicos se este expressam as grandes escolhas sobre o futuro do País. E sobretudo porque me lembrei do jovem Durão Barroso que conheci como aluno da Faculdade de Direito, maoísta e a fazer política ideológica”

Marcelo Rebelo de Sousa, TVI/DE, 02/09/02



Foto JN

E as principais frentes de combate do PS para os próximos tempos são duas e foram anunciadas por Ferro Rodrigues no comício da "rentrée". O PS vai lutar com determinação para que o Governo reponha os valores do IVA e recue na decisão de pôr fim ao crédito bonificado à habitação.

EDITORIAL

AS "RENTRÉES"

Depois da habitual pausa de Agosto para férias, o "Acção Socialista" está de volta para mais um ano de trabalho que se adivinha ser de grande combatividade política e de muita dinâmica interna tendo em conta a realização do próximo Congresso de Novembro do PS.

Das páginas do "AS" continuaremos a fazer uma tribuna de combate ao Governo de direita, daremos preferência à divulgação das nossas iniciativas e do nosso projecto, mas recusamo-nos a entrar em jogos ou intrigas que não servem os interesses do Partido, a que com muita honra e orgulho pertencemos. Vamos, por isso, centrar sempre o ataque no nosso adversário: a coligação neoliberal no poder, ao mesmo tempo que procuraremos o justo equilíbrio na divulgação e afirmação de posições internas.

E as principais frentes de combate do PS para os próximos tempos são duas e foram anunciadas por Ferro Rodrigues no comício da "rentrée". O PS vai lutar com determinação para que o Governo reponha os valores do IVA e recue na decisão de pôr fim ao crédito bonificado à habitação. Por outro lado, o secretário-geral do PS, numa atitude reveladora de grande sentido de Estado, estendeu a mão ao Executivo e afirmou-se disponível para um pacto que tenha em vista o combate à fraude e evasão fiscais, ao mesmo tempo que se propõe ajudar, no seio da União Europeia, uma renegociação do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Face a estes reptos lançados pelo líder do PS, o primeiro-ministro fez orelhas de mercador, dando apenas sinais positivos no que toca à matéria fiscal. Mas, a este propósito, é bom recordar que foram os socialistas os primeiros a avançar, em sede parlamentar, com uma iniciativa legislativa sobre a evasão e fraudes ao fisco.

No entanto, não é de mais sublinhar que o Governo, ao não atender às pretensões do PS na baixa de impostos, continua a renegar a promessa eleitoral constante do programa com que se apresentou ao eleitorado, além de que o aumento do IVA não só não gerou a receita esperada, como foi factor agravante da crise económica a que o actual Executivo conduziu o País.

Depois de meses de contenção, eis que surge o ministro de Estado, Paulo Portas, ao melhor estilo da direita caceteira, a ameaçar com a agitação de rua, caso as centrais sindicais decidam convocar uma greve geral para fazer frente à proposta de nova legislação laboral. A um ministro de Estado não basta ter título. É preciso saber usá-lo.

Mas, é a Cimeira da Terra, que ontem terminou em Joanesburgo, que tem marcado a actualidade

cada vez mais global. Apesar dos avanços verificados relativamente à Cimeira do Rio, nomeadamente os acordos conseguidos para reduzir a pobreza, a população sem acesso a água potável e a saneamento e o compromisso da assistência financeira aos países em vias de desenvolvimento, há a verificação por parte de diferentes sectores que se deveria ter ido mais longe, sobretudo em matéria de energia, já que acabaram por não se estabelecer metas para incrementar a utilização de energias renováveis, nem tão-pouco foi acordada a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, o acordo internacional para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, fundamental para o futuro do Planeta. As lideranças mundiais podiam ter avançado muito mais na defesa da Terra. O que hoje não se fez em Joanesburgo, pagar-se-á amanhã muito caro em todo o mundo.

Uma nota final para sublinhar a falta de coerência do ministro Morais Sarmento. Depois de ter afirmado que não estava disposto a gastar um tostão com eventuais indemnizações na RTP, acabou por pagar 100 mil contos a Emídio Rangel. As entradas de leão com saídas de sendeiro do ministro da Presidência são a confirmação de que Nuno Morais Sarmento não é para levar a sério.



SILVINO GOMES DA SILVA

Silvino Gomes da Silva

PRIMEIRA REUNIÃO DA COC

A Comissão Organizadora do Congresso (COC) reuniu-se pela primeira vez na passada terça-feira na sede nacional do Largo do Rato, tendo aprovado o calendário relativo à preparação e organização do Congresso (ver caixa). A COC estabeleceu também nesta reunião a data de 16 de Setembro como o prazo limite para os camaradas optarem, para efeitos da eleição de delegados, entre as secções de residência e as sectoriais.

CALENDÁRIO DO XIII CONGRESSO NACIONAL DO PS

Coliseu dos Recreios, Lisboa 15, 16 e 17 de Novembro de 2002

Até 16 de Setembro		Militantes das Secções de Acção Sectorial podem optar por votar nessa Secção
Até 16 de Setembro		Definição do número de delegados a eleger por Secções
Até 30 dias da data da eleição dos delegados	25, 26 e 27 de Setembro	Envio dos Cadernos Eleitorais para as Secções Eleger - 25, 26 e 27 de Abril; Ser eleito - 25, 26 e 27 de Abril de 2001
Até 27 dias antes da data da eleição dos delegados	27, 28 e 29 de Setembro	Apresentação de reclamações sobre os Cadernos
Até 15 dias da data da eleição dos delegados	12 de Outubro	Data limite para a entrega de moções globais: de propostas de alteração estatutárias; de propostas de Declaração de Princípios e Programa
Até 10 dias antes da data da eleição dos delegados	15, 16 e 17 de Outubro	Envio das convocatórias a todos os militantes com capacidade eleitoral
Até 4 dias antes da data da eleição dos delegados	21, 22 e 23 de Outubro	Apresentação de listas de candidatas a delegados
Após entrega das listas de candidatas a delegados		Afixação das listas candidatas
Até 15 dias antes do Congresso Nacional	25, 26 e 27 de Outubro	Assembleia Geral Eleitoral das Secções
Até 15 dias antes do Congresso Nacional	1 de Novembro	Data limite a apresentação de moções sectoriais
Até 48 horas após Assembleia Geral de Militantes	27, 28 e 29 de Outubro	Apresentação de recurso sobre as deliberações da Assembleia Geral Eleitoral
Até 8 dias antes do Congresso Nacional	Até 8 de Novembro	Repetição de actos eleitorais na sequência de reclamações apresentadas
15, 16 E 17 DE NOVEMBRO		XIII CONGRESSO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DO PS

CRÉDITO BONIFICADO

CARAVANA VAI CONTINUAR



O sucesso da caravana na recolha de assinaturas no âmbito da campanha pela reposição do crédito bonificado à habitação levou a que os responsáveis do PS e da JS decidissem prorrogar por mais um mês esta iniciativa.

A defesa dos direitos dos jovens conta com o apoio das várias gerações de socialistas. O secretário-geral do PS e a líder da JS juntaram-se, sábado, em Santarém, para reiterar a importância da campanha de Verão "Queremos a nossa casa", uma iniciativa conjunta que prevê a recolha de assinaturas da petição que visa pressionar o Governo no sentido de repor o crédito bonificado à habitação. Jamila Madeira, ao "Acção Socialista", sublinhou sobretudo a "solidariedade

intergeracional por demais evidente", ao mesmo tempo que manifestou "grande satisfação" pelo facto de, num período de desmobilização geral do País derivada das férias, se ter registado "grande adesão por parte de figuras públicas e cidadãos anónimos de todas as idades".

"Conseguimos que a caravana mobilizasse Portugal", garantiu a líder da "Jota", registando que, em apenas quatro semanas, já foram recolhidas 50 mil assinaturas. A manter-se o ritmo, frisou Jamila, as desejadas cem mil assinaturas serão recolhidas até ao fim deste mês. Para tal, a estratégia sofrerá alterações. O contacto com as populações passará dos locais habitais de férias (praias fluviais e marítimas) para o meio urbano, a saber, locais de trabalho e estabelecimentos de ensino. A caravana prosseguirá, portanto, até final de Setembro, num esforço adicional por fazer recuar aquela que é "a medida mais injusta que

o Governo do PSD/PP tomou desde que está no poder", nas palavras do coordenador da campanha pelo lado do PS.

Em jeito de balanço da campanha "Queremos a Nossa Casa", Jorge Coelho assegura que "as expectativas iniciais foram excedidas" e que até ao fim de Setembro o número de assinaturas recolhidas poderá ultrapassar as cem mil.

Ao "Acção Socialista", Coelho recordou as duas características mais marcantes da decisão governativa de extinguir o regime de crédito bonificado para aquisição de casa própria, frisando que esta é "injusta do ponto de vista social" porque ataca os mais pobres e "um erro técnico", uma vez que não constitui um exercício de economia efectiva.

Na opinião do dirigente socialista, o fim do crédito bonificado merece o "repúdio da generalidade das pessoas", pois as suas consequências negativas serão sentidas sobretudo pelas camadas populacionais mais desfavorecidas.

A campanha conjunta JS/PS "Queremos a Nossa Casa" culmina no domingo, dia 29, com uma convenção a realizar-se em Aveiro, ocasião em que serão aprovados os diplomas relativos a esta matéria que o Grupo Parlamentar deverá apresentar na Assembleia da República, na próxima sessão legislativa. Jorge Coelho destacou a "notável aceitação que a iniciativa teve, não só junto dos jovens, mas também de pessoas preocupadas e solidárias", pelo que, afirmou: "O Governo ainda está a tempo de corrigir esta grande injustiça".

Para já, e se ainda não assinou a petição socialista para reposição da bonificação dos juros ao crédito à habitação, fique a conhecer o seu conteúdo através do [site www.juventudesocialista.org](http://www.juventudesocialista.org) e se decidir assinar, dirija-se às sedes do partido ou da JS, ou, naturalmente, como à própria caravana.

MARY RODRIGUES

RODOVIAS

MAIS OBRAS SOCIALISTAS INAUGURADAS PELO GOVERNO

As férias de Verão foram aproveitadas pelo Executivo de Durão/Portas para cortar mais fitas de obras socialistas. A última ocorreu no passado sábado, com a abertura ao trânsito da variante Castro Daire do IP3, uma via de 16 quilómetros de extensão que implicou o investimento de 70 milhões de euros.

Um dia antes, na sexta-feira, dia 30 de Agosto, o Governo inaugurou o troço Castro Marim/Monte Francisco, o primeiro do IC27. Trata-se doutro empreendimento socialista que vai ligar a zona oriental do Algarve ao baixo Alentejo e este à restante rede viária.

Também a auto-estrada da Beira Interior ficou beneficiada com a abertura ao trânsito de três importantes ligações. No fim de Julho, o IP6 passou a ter mais 28 quilómetros com a inauguração do troço Mouriscas/Gardete, uma obra que custou 120 milhões de euros.

Já no final de Agosto último, o IP2 ganhou mais 54 quilómetros de via com a abertura ao trânsito dos troços Alqueria/Teixoso (25 km), uma obra que custou cerca de 90 milhões de euros, e Teixoso/Guarda (29 km), um investimento de 200 milhões de euros.

Ainda no final de Julho, a ligação ao IP1 passou

a poder fazer-se através de um troço da A14 de 19 quilómetros, cuja construção custou cerca de 160 milhões de euros.

Entretanto, e como não basta repousar sobre os louros alheios para ganhar fôlego, as decisões governativas em matéria de portagens têm dado que falar.

O lanço Belmonte/Guarda da auto-estrada da Beira Interior (A23), numa extensão de 33 quilómetros, foi inaugurado sob protestos contra o eventual pagamento de portagens naquela via.

Já durante a abertura do troço Mouriscas/

Gardete tinham sido registados protestos contra tal possibilidade anunciada pelo ministro das Obras Públicas.

Segundo a Comissão de Utentes da Auto-estrada da Beira Interior (CUABI), "a portagem é um travão ao desenvolvimento da região e tanto a Guarda como Castelo Branco precisam de medidas positivas. A CUABI garantiu ainda que existe um abaixo-assinado com milhares de assinaturas contra as portagens, que deverá ser entregue na Assembleia da República.

M.R.

RESENDE

FERRO DESAFIA DURÃO A DESCER IVA E REPOR CRÉDITO À HABITAÇÃO

Num discurso centrado nos problemas e desafios que se colocam aos portugueses, no âmbito da oposição construtiva que tem vindo a fazer ao Governo, Ferro Rodrigues desafiou Durão Barroso a descer o IVA e a recuperar o crédito bonificado à habitação, e defendeu "uma avaliação séria" do Pacto de Estabilidade que enforma de uma "ortodoxia financeira".

O secretário-geral, que falava na "rentrée" do PS em Resende, Viseu, reiterou as críticas ao fim do crédito bonificado, uma decisão "estúpida", e ao aumento do IVA, e desafiou o primeiro-ministro a mostrar as contas até ao final do ano sobre os benefícios orçamentais conseguidos com elas.

Num discurso em que as questões económicas e orçamentais ocuparam lugar de destaque, Ferro Rodrigues apelou ainda a um debate na União Europeia sobre a existência ou não de condições para manter o Pacto de Estabilidade, um documento assinado no pressuposto de um crescimento económico que o 11 de Setembro de 2001 veio deitar por terra. Na sua intervenção, Ferro Rodrigues classificou Durão Barroso e Paulo Portas de "incendiários" políticos, o primeiro-ministro por "regar com gasolina o perigo de fogo orçamental, e o ministro da Defesa por "querer a guerra nas esquinas, ao ameaçar com uma ida para a rua da direita",

Em contraponto ao PS "de esperança" que apresentou ao país, Ferro Rodrigues afirmou que "o que aconteceu nestes meses foi que nenhum dos problemas se resolveu e muitos outros surgiram".

"É um Governo fraco perante os fortes e forte perante os fracos, que está a falhar redondamente", afirmou, na sua intervenção em que reafirmou que o PS vai manter uma oposição construtiva.

"Sei que há quem gostasse de me ver todos os dias em grandes diatribes à hora dos telejornais. Nunca me verão assim. Farei uma oposição séria, com propostas construtivas e não com promessas falsas para ganhar meia dúzia de votos", afirmou.

Preocupado com o estado da economia portuguesa, o líder socialista disse que em Portugal "reina o medo do aumento do desemprego", sublinhando que "resolver o défice com recessão económica é não compreender que ela trará menos dinheiro para o Estado e agravará os problemas sociais". Mas se em áreas como a evasão fiscal o líder socialista mostrou a sua disponibilidade para conversar, referindo que o PS está disponível para um pacto de regime que permita pôr cabo



à actual situação e anunciando que este tema será uma das prioridades socialistas na reabertura da Assembleia da República, noutras como as alterações à lei laboral, Ferro Rodrigues foi particularmente duro. "Se querem aumentar a competitividade com a liberalização dos despedimentos, não contem connosco para isso. Depois admirem-se que os sindicatos e os trabalhadores estejam contra.

Se lhes tiram direitos sem contrapartidas sociais, estavam à espera de quê?", disse. O secretário-geral socialista dedicou parte do seu discurso ao interior do nosso partido, colocando a sua liderança na senda de Mário Soares, Vítor Constâncio, Jorge Sampaio e António Guterres - cuja saída do Governo garantiu, "apesar do que cada um possa pensar", foi "pensada e para servir o PS". Desse passado vêm "vitórias como o

rendimento mínimo garantido, o pré-escolar, o combate à toxicodependência e ao desemprego, a habitação e os 170 quilómetros de auto-estradas deixados prontos para este Governo inaugurar e que são o maior desmentido de que o PS não tinha obra". Antes de Ferro Rodrigues, entrevistaram Jamila Madeira e José Junqueiro. A presidente da JS, Jamila Madeira, garantiu que esta juventude está a recolher uma média de 10 mil assinaturas semanais para obrigar ao regresso do crédito bonificado à habitação, dirigindo-se directamente a Durão Barroso, disse que "só nos tempos idos de Salazar é que lingotes de ouro nos cofres do Estado eram sinónimo de prosperidade".

Referindo-se aos perigos que considerou existirem para o ensino superior devido aos cortes orçamentais, Jamila Madeira disse estar-se perante "um Governo de mangas de alpaca".

Por sua vez, o líder da Federação de Viseu, o deputado José Junqueiro, sublinhou que "é nestes momentos que se vêem os amigos do PS", numa alusão aos que se mantiveram firmes apesar do mau tempo que se fez sentir durante grande parte do comício-festa do PS na praça central de Resende.

O dirigente socialista recordou as obras feitas pelo Instituto de Navegabilidade do Douro (IND) na região e a decisão do Governo de o fundir noutra instituição para "controlar a partir de Lisboa os seus destinos e questionou se isso e se impor portagens no IP3 é descentralizar", para responder: "Claro que não".



FERRO RODRIGUES AO "JN"

LUCROS DOS BANCOS NO "OFF-SHORE" DA MADEIRA SÃO INSULTO AOS CONTRIBUÍNTES

Ferro Rodrigues não poupa críticas ao Código de Trabalho apresentado pelo Governo que, entre outros aspectos gravíssimos, "visa retirar força negocial aos sindicatos", e considera "um insulto" a isenção fiscal atribuída aos bancos para os lucros obtidos no "off-shore" da Madeira. O secretário-geral do PS, em entrevista ao "Jornal de Notícias", classifica a sua liderança como "determinada e tranquila" e considera fundamental que "não haja poderes absolutos" na escolha dos candidatos a deputados e a autarcas".

Ferro Rodrigues considera "um insulto" a recente isenção atribuída pelo Governo aos bancos para lucros obtidos no off-shore da Madeira, nomeadamente numa altura em que "foram levadas à prática por este Governo medidas altamente lesivas de famílias com dificuldades". Por isso, espera "que o PSD esteja disponível para rever esta situação", que, sublinha, "é uma questão grave, mais grave ainda que o aumento do IVA de dois pontos percentuais".

Na entrevista, o líder do PS arrasa a postura do Governo no que respeita à necessidade de revitalizar a economia, lembrando que "a gestão das expectativas é, hoje, uma questão fundamental na economia. Era preciso dar sinais aos agentes económicos de que a situação iria ser mudada". E um sinal



fundamental, na opinião de Ferro Rodrigues, "seria em matéria de apoio às empresas, porque neste momento há uma visão muito pouco empresarial e também uma visão em que desapareceu das preocupações o planeamento estratégico".

"A ideia que passou para a opinião pública de que o País estava de tanga foi assassina de qualquer recuperação económica", acusa.

No que respeita ao desmembramento e privatização do IPE, Ferro Rodrigues vê esta medida "como uma opção mais ideológica do

que concreta", sublinhando que "este Governo tem uma predileção pela destruição de tudo o que lhe cheire a sector público e planeamento".

Quanto à ofensiva do Governo contra as conquistas sociais do PS, Ferro Rodrigues afirma que "o País pode contar com uma fiscalização intensa às intervenções e actos deste Governo em matéria social".

Neste âmbito, o líder do PS não poupa críticas ao Código do Trabalho, que "visa retirar força negocial aos sindicatos e criar a possibilidade

de existir sindicatos de empresa, com os quais o patrão possa ter uma negociação mais fácil retirando essa capacidade ao movimento sindical, que tem de reformar-se, mas não é, certamente, quebrando-lhes a espinha dorsal que pode construir-se um Portugal inserido no modelo social europeu".

Ferro Rodrigues aponta como pontos mais gravosos do pacote laboral "a possibilidade de extensão indefinida de um contrato a prazo, a facilitação de despedimentos individuais sem justa causa e o trabalho nocturno".

Liderança determinada e tranquila

Relativamente à vida interna do partido, outro dos pontos em destaque na entrevista ao "JN", Ferro Rodrigues define a sua liderança como "determinada, tranquila e sem preocupações com os telejornais das oito da noite", reafirmando que a sua eleição como secretário-geral em congresso é uma alteração de que não abdica.

"Fui eleito em eleições directas, mas ficou no ar que o debate interno foi muito limitado. E, portanto, quero que haja condições para ter adversários e ganhar em congresso", acrescentou.

Quanto ao processo de escolha dos candidatos a deputados e a autarcas, o líder do PS considera que o fundamental "é que não haja poderes absolutos no PS".

"Da mesma maneira que não deve haver um poder absoluto do secretário-geral em momento nenhum e muito menos na edificação das listas para deputados ou para as câmaras municipais, também não o pode haver por parte de outra estrutura que não impeça que o que está mesmo a ver-se seja um erro, um disparate e uma derrota política", sustenta.

J. C. CASTELO BRANCO

EVASÃO FISCAL

FERRO QUER PROGRAMA "CLARO E CONCRETO"

No âmbito da campanha de recolha de assinaturas pela reposição do crédito bonificado à habitação levada a cabo pela JS e pelo PS, Ferro Rodrigues teve oportunidade de reagir à "rentree" do principal partido do Governo.

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, lamentou que Durão Barroso não tenha respondido no seu discurso a duas questões que o líder do PS havia lançado, a da possibilidade de o próximo Orçamento de Estado retomar a taxa do IVA de 17 por cento "se se confirmar que não houve vantagens com o aumento" e do regresso do crédito bonificado para a compra de habitação. Por outro lado, Ferro Rodrigues garantiu que o PS não levantará "qualquer problema" à celebração de um pacto de regime no combate à fraude e evasão fiscais, desde que haja um programa "claro e concreto", e "bem sustentado", que "não se fique no plano das intenções".

Ferro Rodrigues reconheceu que o presidente do PSD avançou com "alguns elementos" que considera essenciais para a celebração de um pacto de regime no combate à fraude e evasão fiscais, como o anúncio de medidas que permitirão o cruzamento de dados, mas lamentou que no discurso de Durão Barroso tenha ficado por clarificar a questão do segredo bancário.

"Há muitas questões para as quais o Governo pode contar com o PS", disse Ferro Rodrigues, sublinhando ser "errado socialmente e injusto, do ponto de vista político e social", que sejam os trabalhadores por conta de outrem a pagarem a grande factura dos impostos directos e indirectos.

Para Ferro Rodrigues, houve no discurso de Durão Barroso um "sinal positivo" nesta matéria, mas é preciso haver "coerência", referindo, em concreto, o caso do "capital financeiro" e dos "grandes bancos", que dispõem de mecanismos legais para "fugirem ao cumprimento das suas obrigações fiscais", nomeadamente através do "off-shore" da Madeira.

Sobre a declaração de Durão Barroso de empenho no alcance de um acordo social sobre a legislação laboral, Ferro Rodrigues considerou "extremamente contraditório" que o presidente do PSD tenha declarado firmeza na defesa da proposta do Governo e ao mesmo tempo diga que quer, a todo o custo, procurar o acordo.

"Para haver um acordo social tem que haver cedências nas questões que preocupam justamente os sindicatos e os trabalhadores por conta de outrem, tem que haver alguma capacidade de negociação e não se pode ter uma atitude prepotente e arrogante" perante uma legislação que contém "demasiadas omissões, erros e aspectos extremamente injustos para a maioria dos trabalhadores portugueses", disse.

PROJECTO DE RESOLUÇÃO

PS QUER TRANSPARÊNCIA NAS CONTAS PÚBLICAS

Com o objectivo de acabar com as dúvidas sobre os critérios contabilísticos utilizados pelas Finanças, o deputado socialista Guilherme d'Oliveira Martins preconizou a adopção de uma comissão, constituída pela Assembleia da República, Ministério das Finanças e Tribunal de Contas, que defina as regras de contabilização das receitas e despesas do Estado, para pôr termo ao clima de "suspeição que persiste sobre o ente público" e para "credibilizar as contas perante os portugueses".

O ex-ministro das Finanças do último Governo de António Guterres falava ontem durante o debate realizado, a pedido do PS, na Comissão Permanente da Assembleia da República, durante o qual a bancada socialista apresentou um projecto de resolução sobre a transparência das contas públicas, que considera um dos factores mais importantes para o "fortalecimento da credibilidade e da confiança



dos agentes económicos", bem como para a "garantia do bom funcionamento dos mecanismos de fiscalização política e financeira da execução orçamental".

Com esta proposta, o PS pretende uma uniformização dos critérios para o cálculo do défice, preconizando que, na execução orçamental de 2002 e no futuro, sejam

adoptados os mesmos critérios que foram adoptados na apreciação dos números de 2001 pela comissão para a análise das contas públicas, presidida pelo governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio.

Segundo o projecto de resolução do PS, "é indispensável criar para o futuro das melhores condições para que haja uma disponibilização permanente de elementos sobre a consolidação das finanças públicas e sobre a execução orçamental, retirando carga política a uma questão que, sendo eminentemente técnica, deve reunir condições de rigor e de indiscutibilidade que se revelam essenciais para a credibilidade do Estado e das suas instituições".

Para o PS, "a disponibilidade de informação contabilística surge como absolutamente fundamental para permitir, por um lado, a análise das despesas públicas segundo critérios de legalidade, economia, eficiência e eficácia e, por outro, o reforço da clareza e transparência da gestão dos dinheiros públicos e das relações financeiras do Estado".

J. C. CASTELO BRANCO

OFF-SHORE DA MADEIRA

BENEFÍCIOS FISCAIS SÃO IMORAIS E ESCANDALOSOS

Retomando as denúncias de Ferro Rodrigues, o vice-presidente da bancada socialista José Sócrates voltou ontem à carga no Parlamento, acusando o Governo de ter aumentado os benefícios fiscais dos bancos na zona franca da Madeira.

Durante a reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República, Sócrates considerou "imoral e escandalosa" a portaria do Governo, publicada em Junho, "que aumenta de cinco para 20 por cento a isenção fiscal dos bancos que realizem operações no off-shore da Madeira".

"Com essa portaria o Governo faz um grande favor aos bancos, porque multiplica por quatro os seus benefícios fiscais", apontou o ex-ministro socialista, antes de lamentar que essa medida tenha coincidido com a decisão do Executivo de aumentar os impostos da generalidade dos portugueses.

"Isto é tirar aos fracos e dar aos fortes", disse, exigindo depois a "revogação imediata da portaria".

16/09/2002
Este é o último dia
para que o PS possa vir a conhecê-lo melhor.

Preencha os dados do Recenseamento e devolva-nos o formulário o mais depressa possível.
A sua resposta é muito importante. É a sua última oportunidade de continuar a ser um militante do PS.



PORQUE PARA O PS,
VOCÊ É MAIS DO QUE UM NÚMERO.

O PARTIDO PS E A QUALIDADE



CARLOS CAPELAS

O partido vai realizar um Congresso de 15 a 17 de Novembro de 2002, com um programa onde se prevê a revisão da Declaração de Princípios, dos Estatutos, e o aprofundamento da democracia interna, dando mais protagonismo a pessoas de fora que se identifiquem com o PS. Isto é uma boa notícia que merece a colaboração de todos os interessados. Sabemos que o PS, como nenhum outro Partido, e alguns dos seus políticos notáveis, têm defendido o que de melhor temos tido em Portugal, isto é, a liberdade e a democracia. Portanto, jamais podemos deixar de respeitar, todos aqueles que perderam a vida, outros que a destruíram e aqueles que a arriscaram para que fosse possível vivermos sem ditadura.

Assim parece que seria útil o PS continuar com a abertura ao exterior. E isto, mesmo em casos como no passado, com o regresso ao PS de pessoas que tenham saído do nosso partido, que tenham criado partidos concorrentes, que, por vezes, muito prejudicaram profissionalmente os militantes PS, e mesmo nesses casos, a tolerância para o acesso ao PS, tanto para casos isolados como em grupos deu bom resultado e, possivelmente, continuará a facilitar a entrada no PS de políticos com valor e muita experiência.

Mas o avanço do tempo não perdoa. O país mudou após a Revolução dos Cravos. O país está muito diferente para melhor. Parece que só a mudança não muda e nada pode impedir que o futuro chegue todos os dias sem avisar.

Assim, atrevo-me a admitir que talvez o PS não se tenha actualizado o suficiente, para, actualmente, ser considerado um Partido Moderno, que satisfaça as necessidades dos militantes e votantes. Isto é, atrevo-me a admitir que o PS, actualmente, não tem a qualidade suficiente e necessária a um partido da esquerda do socialismo democrático.

Possivelmente algo se poderia fazer para modernizar o PS. Assim, talvez fosse útil a limitação a dois mandatos seguidos dos cargos dos membros dos Secretariados de Secção de Residência, a Assembleia de Freguesia, Juntas de Freguesia, Secretariados de Federação, Comissão Política, das Federações, entre outros. Porque se o Partido Socialista tiver uma organização moderna, possivelmente nunca haverá a possibilidade de o mesmo militante, durante mais que dois mandatos seguidos, aparecer em várias listas, como por exemplo: Comissão Política do Partido; Comissão Nacional; Federação da área, Assembleia Municipal; Câmara Municipal; Assembleia da

República, etc.
Se este acumular de cargos for possível no PS, então o Partido não está a satisfazer as necessidades dos militantes, isto não é de um partido com qualidade.
Assim, se o acumular dos nomes e o acumular dos cargos for possível e se não houver limite de mandatos, o partido pode estar a caminhar para um darwinismo político, e se também for possível o PS ter deputados que se mantêm no Parlamento e que ainda não usaram o justo direito à reforma, após 12 anos de trabalho parlamentar mal pago, então o PS não é um Partido Moderno porque não cria possibilidades aos muitos militantes jovens e com valor que esperam a oportunidade de darem o seu contributo ao PS e à Nação.
Em boa verdade calculamos quanto seja difícil elaborar a lista para deputados ou qualquer outro cargo nas circunstâncias como se trabalha no PS.
Este trabalho seria mais fácil e com mais justiça, se previamente fosse aprovada uma grelha com os múltiplos indicadores necessários para a classificação de todos aqueles que se candidatam. E esse grelha ser trabalhada e aprovada por todos os órgãos do Partido e por último pelo secretário-geral.

República, etc.

Se este acumular de cargos for possível no PS, então o Partido não está a satisfazer as necessidades dos militantes, isto não é de um partido com qualidade.

Assim, se o acumular dos nomes e o acumular dos cargos for possível e se não houver limite de mandatos, o partido pode estar a caminhar para um darwinismo político, e se também for possível o PS ter deputados que se mantêm no Parlamento e que ainda não usaram o justo direito à reforma, após 12 anos de trabalho parlamentar mal pago, então o PS não é um Partido Moderno porque não cria possibilidades aos muitos militantes jovens e com valor que esperam a oportunidade de darem o seu contributo ao PS e à Nação.

Em boa verdade calculamos quanto seja difícil elaborar a lista para deputados ou qualquer outro cargo nas circunstâncias como se trabalha no PS.

Este trabalho seria mais fácil e com mais justiça, se previamente fosse aprovada uma grelha com os múltiplos indicadores necessários para a classificação de todos aqueles que se candidatam. E esse grelha ser trabalhada e aprovada por todos os órgãos do Partido e por último pelo secretário-geral.

Conhecemos como na Europa democrática funcionam os partidos políticos. E defendemos que o PS seja melhor que todos os outros e que o PS seja mais moderno, porque actualmente o PS talvez tenha urgência em ser moderno. E isto porque parece ser necessário rápida intervenção junto da juventude em geral e na vasta população idosa. Parece que o PS tem permitido que outros partidos lutem por bandeiras que sempre foram ideologicamente do PS. Não é fácil compreender que o PS não defenda mais e melhor certas áreas como:

O ensino obrigatório que, infelizmente, com dezenas de anos se mantém na 9ª classe e que já devia ter mudado para a 12ª.

Que o ensino não tenha melhor preparação em matemática e em português.

Que não se encare o Ambiente como um problema de sobrevivência da espécie humana.

Que a Cultura Técnica, a Formação Profissional contínua e o Estudo Científico não sejam defendidos com mais rigor estratégico.

Que as leis do trabalho não sejam mais inovadoras.

Que os recursos da terra, do mar e do ar sejam tratados com tão pouca técnica.

As micro, as PME, a produção nacional, a produtividade e a exportação, infelizmente, nem sempre têm sido assuntos tratados por especialistas.

Que não sejam respeitados os direitos da igualdade entre homens e mulheres.

Que desde os jovens, aos idosos e aos presos, entre outros., se percam tantos milhões de horas de trabalho que podiam ser úteis à comunidade.

Que as Forças Armadas não sejam melhor respeitadas e actualizadas quando a História da nação se identifica com elas.

Que em Portugal se tenha tão pouco respeito pelos idosos.

Igualmente não se compreende bem a utilidade de tantos grupos dentro do PS. Isto é, a existência do grupo da Juventude Socialista, das Mulheres Socialistas, e, qualquer dia, pode aparecer o dos Idosos Socialistas que são cerca de 60 por cento dos militantes.

Parece que tudo quanto seja para dividir o PS não pode trazer qualquer vantagem.

Assim como o assunto das quotas, que no caso de serem necessárias só se compreendem se for de 50 por cento. E isto, porque os direitos são iguais para mulheres e homens.

Todos nós sabemos que não é bom para qualquer instituição haver falta de mudança para a modernidade. Porque isto origina falta de criatividade e liderança e, no caso do PS, pode originar desinteresse pela política, pelo partido e pela democracia.

Aproximam-se períodos que podem trazer problemas sociais e, infelizmente, os militantes do PS, alguns, não se conhecem bem uns aos outros. Entre si não discutem os assuntos da política e não têm formação política contínua. Isto pode ser grave no futuro.

As vitórias dos partidos políticos necessitam de militância política, e esta só se desenvolve com o convívio entre militantes. E sabemos que o convívio político, actualmente, não pode ser como se praticava no tempo do PREC. As técnicas da militância já são outras.

Os militantes precisam de discutir política para que apareçam novos valores da política, porque, infelizmente, os políticos de valor estão a desaparecer da Europa, e em Portugal, muitos de nós esquecem que somos europeus e que o nosso futuro continua na Europa.

Possivelmente os grandes valores existem, mas o PS tem que os descobrir. Para tal tem que criar oportunidades. Trata-se de um fenómeno social que pode ser tratado com estratégia e organização, isto é, mais qualidade.

A modernidade pode trazer mais qualidade e esta melhor satisfação das necessidades políticas dos militantes e simpatizantes do Partido Socialista.



DEMISSÕES NA JUDICIÁRIA

EDUARDO CABRITA ACUSA MINISTRA DE LANÇAR A CONFUSÃO

A pedido do PS, e também do PCP, a ministra da Justiça foi ontem ouvida no Parlamento sobre as recentes mudanças na direcção da Polícia Judiciária. Envolve em polémica devido a má interpretação de declarações de Eduardo Cabrita à Lusa sobre esta matéria que punha na boca do deputado insinuações que relacionaram as demissões na PJ e o caso da "Moderna", o ex-secretário de Estado da Justiça na sua intervenção na comissão parlamentar começou por afirmar que tanto o PS como ele próprio "não batiam em retirada", pelo que vinham à comissão parlamentar "debater a actual situação da Polícia Judiciária".

Eduardo Cabrita fez uma detalhada exposição do seu trabalho com a PJ para dizer que ao longo de dois anos esta instituição falou e foi falada "pelos seus resultados", ao contrário do que considerou acontecer actualmente. Invocando o tempo em que tutelou aquela corporação, e olhando de frente para a actual governante, acabou por declarar: "Não lhe admito que fale mais da Polícia Judiciária do que eu".

O deputado socialista acrescentou que a ministra da Justiça tem de explicar ao Parlamento "esta aparente suspensão" de resultados práticos da instituição desde que assumiu funções e lamentou que Celeste

Cardona tenha optado por um "processo de vitimização" devido às declarações que proferiu. Polémicas à parte, Eduardo Cabrita quis saber as razões da quebra de operacionalidade da investigação e delimitação de competências alegadas por Maria José Morgado na Comunicação Social, bem como a perda progressiva de apoio que levou à perda da eficácia no combate aos crimes de colarinho branco. Outra das questões colocadas prende-se com as alterações das relações de competências entre as várias directorias da PJ, quando "internacionalmente" se aposta na especialização, nomeadamente no combate aos crimes económicos.

Eduardo Cabrita não deixou de lembrar o legado socialista na Polícia Judiciária como os processos Vale e Azevedo, Universidade Moderna, Paquetes da Expo-98, fraudes fiscais e na administração fiscal e quis saber, desta vez no que se refere ao combate ao banditismo, quais as novas orientações para esta área.

Além das questões funcionais, Eduardo Cabrita perguntou também "o que sente" Celeste Cardona sobre a ida de Paulo Portas à televisão para "reagir sobre o que não foi dito" (caso da Universidade Moderna) e recordou as palavras de Marcelo Rebelo de Sousa, que disse que o líder do PP vive com o fantasma da Universidade

Moderna para o aconselhar a visitar "um psicanalista".

"Também é cabala política as declarações de um perito da Procuradoria-Geral da República?", questionou Eduardo Cabrita ao recordar as afirmações de uma testemunha no caso da Universidade Moderna que afirmou em audiência que obras na sede do CDS/PP foram pagas com dinheiro da universidade.

Por último, Eduardo Cabrita congratulou-se com a posição de Adelino Salvado ao não fornecer informações de alegas investigações em curso à ministra das Finanças, mas lamentou que o director da PJ tenha afirmado que Manuela Ferreira Leite o tivesse interrogado sobre um processo a decorrer na polícia.

Após a sua intervenção, interrompida algumas vezes pelos deputados da coligação governamental PSD/CDS-PP, Eduardo Cabrita ouviu Celeste Cardona voltar a lamentar-se pela forma como estava a abordar "uma história sem história". No final da audição, o deputado e ex-secretário de Estado da Justiça do Governo socialista Eduardo Cabrita sustentou que a ministra da Justiça "não deu" qualquer resposta às questões colocadas pelos deputados e acusou Celeste Cardona de fazer uma actuação "melodramática" sobre a sua honorabilidade. Eduardo Cabrita disse ainda que a ministra "está associada" à confusão que põe em causa a operacionalidade da Judiciária.

Por sua vez, o deputado socialista Alberto Martins usou da palavra na reunião para apelar a Celeste Cardona par não ir ao Parlamento "iludir" os deputados com "uma fuga lateral",

porque é a responsável política pela Polícia Judiciária e pela linha de orientação seguida pela corporação.

O deputado disse ainda "não estar tranquilo" com as mudanças na Polícia Judiciária e sublinhou que quer debater de forma mais profunda as linhas de orientação que estão a ser introduzidas na instituição, um pedido aliás aceite de imediato por Celeste Cardona.

Entretanto, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias agendou para na próxima semana uma audição ao director nacional da Polícia Judiciária, Adelino Salvado, e aos directores adjuntos que foram substituídos na semana passada.

Ainda sobre esta matéria, recorde-se que Ferro Rodrigues refutou terça-feira a possibilidade de qualquer pedido de desculpas por parte do PS, uma vez que "quem tem que dar explicações" sobre as demissões na Polícia Judiciária é a ministra da Justiça

O secretário-geral do PS reagiu assim à exigência de Celeste Cardona de um pedido de desculpas do PS por declarações do deputado Eduardo Cabrita relacionando as demissões na PJ com questões políticas, nomeadamente com as investigações do caso Moderna.

O líder socialista acrescentou que Eduardo Cabrita já esclareceu que "houve um abuso de interpretação das suas palavras num determinado take de uma agência de notícias", mas que está disponível para "esclarecer perfeitamente o que quis dizer" quando a ministra for à Assembleia da República, o que veio efectivamente a acontecer.

REGIMENTO DA AR

PS CONSEGUE RECUO LARANJA

O grupo de trabalho que está a preparar as alterações ao regimento da Assembleia da República chegou terça-feira a acordo quanto ao calendário parlamentar.

Na sua primeira reunião após as férias, os deputados concordaram em que as sessões plenárias passassem a realizar-se às terças, quartas e sextas-feiras, conforme fora proposto pelo deputado socialista Jorge Lação, ficando a quinta-feira reservada às comissões parlamentares (que decorrerão também às terças e quartas de manhã) e as segundas-feiras ao contacto dos deputados com os eleitores.

Recorde-se que actualmente os plenários realizam-se às quartas, quintas e sextas.

Jorge Lação adiantou que, apesar de haver muito a fazer-se em matéria de regimento, o

grupo de trabalho decidiu alargar o âmbito temporal das declarações políticas, que passam a ter lugar todas as semanas, quando actualmente têm carácter quinzenal.

A mudança do formato das sessões de perguntas ao Governo também vai ser concretizada, passando a existir mensalmente uma reunião sectorial, com todas as questões centradas num único departamento governamental.

Reformas adiadas

Refira-se que o adiamento das alterações ao regimento parlamentar, cujos trabalhos se arrastam há mais de um ano, ficou a dever-se ao facto de o PSD ter apresentado, na recta final do debate em comissão (em inícios de

Julho), algumas modificações ao chamado "documento Lação" que até então servia de base de trabalho dos deputados que estão a ultimar a reforma.

O documento, saído das negociações na anterior legislatura (quando o deputado Jorge Lação era presidente da comissão de Assuntos Constitucionais), propunha, entre outras alterações, que as reuniões plenárias passassem a realizar-se às terças, quartas e sextas-feiras.

Quando o consenso sobre as matérias alvo de reforma - calendário parlamentar, debate mensal, debates de urgência, criação da interpeleção à câmara, reforço do trabalho das comissões ou novas regras de votação - parecia alcançado, a bancada laranja veio propor (três dias antes da votação das

reformas em plenário) que as sessões plenárias se realizassem às terças, quartas e quintas-feiras.

O Grupo Parlamentar do PS recusou, alegando que tal calendário passaria para o exterior a imagem de que os deputados teriam fins-de-semana de quatro dias. O presidente da Assembleia da República e o PSD recusaram, mas, mesmo assim, o PS pediu o adiamento da reforma para o corrente mês.

O novo regimento da Assembleia da República deverá ser votado na sessão plenária de abertura dos trabalhos parlamentares, agendada para o próximo dia 18. Entretanto, o grupo de trabalho prosseguirá as reuniões, discutindo hoje as questões relacionadas com a introdução do voto electrónico.

M.R.

CIMEIRA DA TERRA

PLANETA SAIU DERROTADO

A capital sul-africana foi a arena onde se digladiaram, durante dez dias, preocupações ambientalistas e sociais, por um lado, e interesses económicos por outro. A perder ficou o planeta, cuja preservação continuou a ser secundarizada face à prioridade global do lucro a qualquer preço, bandeira do neoliberalismo selvagem.

A Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável terminou, ontem, com um saldo positivo de intenções e um défice de acções e decisões. Os ambientalistas falam de “frustração” e denunciam a “fragilidade do Plano de Acção”.



As alterações climáticas fazem-se sentir um pouco por todo o mundo. As catástrofes naturais exibem as suas trágicas consequências, mas os “senhores da Terra” mais não fazem do que dar passos tímidos na estratégia de preservação ambiental do planeta. A prová-lo está a recente cimeira de Joanesburgo, onde delegados de 190 países acabaram por deixar concretizar a estratégia norte-americana, que não só fez vingar a sua política de parcerias como também conseguiu bloquear as metas em muitos dos *dossiers*.

A União Europeia (UE), por seu turno, saiu desta cimeira com uma bagagem de cedências em questões determinantes. Os Quinze não conseguiram que o Plano de Acção contemplasse como objectivo, até 2015, a produção de 15 por cento da energia a partir de fontes renováveis.

Este revés constitui um duro golpe no Protocolo de Quioto, cujo texto obriga os países desenvolvidos a reduzirem as suas emissões de gases que provocam um sobreaquecimento do globo, fenómeno que

ficou conhecido como “efeito de estufa”. Assim, em matéria de energia foram os países produtores de petróleo e os Estados Unidos a marcarem pontos, derrotando o G77 (os países em vias de desenvolvimento). Neste bloco, o Brasil, apoiado pela América Latina, defendia as energias renováveis, mas a indústria petrolífera fez vingar a sua estratégia, gorando ainda a pretensão europeia de acabar com os subsídios aos combustíveis fósseis.

Sobre a questão ambiental, o presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, recusou a discurso de derrota, afirmando que “apesar de não se terem estabelecido metas”, o texto do acordo é “satisfatório”, uma vez que expressa o dever de aumentar, com urgência, a utilização de fontes renováveis”.

A água acabou por ser a grande vitória da UE. A comunidade internacional comprometeu-se, até 2015, a reduzir para metade o número de pessoas sem acesso a água potável e saneamento. Foi este um *dossier* em que, até à última hora, EUA e Japão se opuseram. A Europa conseguiu também, com a

culpabilidade norte-americana, em termos de ajuda ao desenvolvimento, não ir além do acordado em Doha e Monterey, remetendo a ajuda para um Fundo Voluntário de Solidariedade proposto pela Administração Bush. Os países mais ricos conseguiram assim adiar o fim dos subsídios à agricultura, uma das reivindicações do G77, claramente derrotado.

No capítulo da biodiversidade, oficializou-se o compromisso de reduzir, até 2010, a perda de diversidade biológica, mas sem apontar qualquer meta quantitativa.

Como que a salvar o encontro, EUA e UE apresentaram seis grandes pacotes de investimento bilateral, no âmbito dos quais a saúde recebe a maior fatia com os EUA a prometer investir 2,3 mil milhões de dólares, até 2003.

A água e saneamento são a prioridade seguinte. Os americanos comprometem-se com um investimento na ordem dos 970 milhões de dólares, enquanto a UE deve lançar projectos no valor de 520 milhões de euros.

A prioridade europeia vai igualmente para a energia, sector onde deverão ser lançadas parcerias avaliadas em 700 milhões de euros. Quioto foi mais uma vez, deixado para trás, embora neste capítulo o cerco aos EUA, que recusa ratificar o protocolo, mesmo sendo o principal poluidor do planeta, esteja mais apertado.

Depois do Canadá anunciar a ratificação até final do ano, foi a vez da China e da Rússia anunciarem que quer ratificar, num futuro próximo, o protocolo para o combate às alterações climáticas.

Apesar da sua forma cautelosa, o anúncio foi tido como o sinal político mais importante que se poderia esperar da Rússia em relação a Quioto. Recordar-se que este país vai sediar uma grande conferência internacional sobre as alterações climáticas na Primavera de 2003, esperando-se que até lá o processo de ratificação esteja concluído.

Se a Rússia realmente der o “sim” definitivo a Quioto nessa altura, o protocolo poderá entrar em vigor na segunda metade do próximo ano, durante a nova reunião da Convenção Quadro das Alterações Climáticas, à qual o protocolo está vinculado. O acordo entra em vigor quando tiver sido ratificado por 55 países, incluindo nações que representem 55 por cento das emissões de gases de efeito de estufa do mundo desenvolvido.

Por sua vez, a China - o segundo maior emissor de gases de efeito de estufa do mundo, depois dos Estados Unidos - também anunciou a sua ratificação do acordo de Quioto.

Com isto, os Estados Unidos ficam isolados na sua posição contrária a este plano internacional. Lembra-se que há um ano passado, numa atitude que surpreendeu a comunidade internacional, o presidente norte-americano George W. Bush decidiu abandonar o Protocolo de Quioto, por considerá-lo danoso para a economia dos EUA.

MARY RODRIGUES

GUTERRES APELA À MELHORIA DA GESTÃO GLOBAL

“Uma estratégia global para um desenvolvimento sustentado precisa de uma melhor gestão global”. Foi esta a ideia defendida pelo camarada António Guterres, na qualidade de presidente da Internacional Socialista, numa carta dirigida aos delegados presentes na Cimeira da Terra. Na missiva, datada de 28 de Agosto, Guterres fala de um “problema central” derivado da explosão demográfica e que consiste em saber como lutar contra a pobreza e incentivar o crescimento sem esgotar a reserva mundial de recursos naturais.

A resposta possível, segundo o ex-governante, deve ser reapreciada à luz da nova conjuntura da globalização e atendendo às mais recentes evoluções em matéria de tecnologias da informação e biotecnologia.

“Existem já alguns pilares na Agenda 21, na Declaração do Milénio, no consenso alcançado em Monterey e na Conferência de Doha. Mas outros ainda estão por construir”, afirma António Guterres, para quem o combate à pobreza depende particularmente da criação de condições que possibilitem um aumento da produtividade agrícola e uma agricultura sustentável, com acesso

facilitado aos mercados internacionais, mas sem negligenciar as questões ambientais e sociais, onde destacou igualmente a necessidade de viabilizar o investimento, apoiar a educação e proporcionar mais e melhores empregos.

Segundo o presidente da IS, “a única maneira de combinar crescimento rápido com sustentabilidade é, para além de uma melhoria da gestão dos recursos, implementar uma mudança nos padrões de consumo e produção, que não são sustentáveis”.

O combate às doenças contagiosas, mediante o desenvolvimento dos cuidados de saúde e o acesso básico à água potável e ao saneamento básico, bem como a melhoria na regulação dos sistemas financeiros internacionais que possibilite uma ajuda aos países subdesenvolvidos foram outras ideias defendidas por Guterres na carta à cimeira de Joanesburgo, onde também recorda o apoio da Internacional Socialista à criação de um Conselho para a Segurança Económica, no seio das Nações Unidas.

M.R.

ACORDOS

O texto final do Plano de Acção da Cimeira Mundial para o desenvolvimento Sustentável estabelece:

Bem-estar - Reduzir para metade, até 2015, a percentagem de pessoas a ganhar menos de um dólar por dia e preservar o ambiente.

Energia - Melhorar o acesso à energia barata.

Água - O número de pessoas a viver sem água potável e saneamento básico deve ser reduzido de dois mil milhões para metade até 2015.

Saúde - As patentes não devem impedir os países pobres de fornecer remédios para todos.

Biodiversidade - O ritmo de extinção de animais e plantas raros deve ser reduzido de forma significativa até 2010.

Químicos - Até 2020, devem ser fabricados e usados de modo a minimizar o impacto tóxico no ambiente.

Assistência - O apoio aos países pobres deve sofrer um aumento, constituindo 0,7 por cento do rendimento nacional das nações ricas.

MARIA SANTOS

A DECEPÇÃO DE JOANESBURGO

O empenho político e a determinação séria de salvar o planeta foram as ausências mais notadas na Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável. Por isso, Maria Santos não hesita em falar de “decepção” quando faz o balanço da magna reunião de Joanesburgo. É que, para resolver os problemas da Terra não bastam discursos e declarações de boas intenções. Quanto à actuação portuguesa na cimeira, Maria Santos, em entrevista ao “Acção Socialista”, critica fortemente a atitude inócuo do primeiro-ministro e o discurso inconsistente do ministro do Ambiente.



Como classifica as conclusões da Cimeira da Terra e quais, na sua perspectiva, os resultados mais relevantes?

As conclusões foram decepcionantes, embora, infelizmente, previsíveis. Joanesburgo transformou-se na “cimeira da insustentabilidade”, na “cimeira da oportunidade perdida”, no “Rio menos 10”. O ambiente foi tratado como uma simples formalidade. Faltou o verdadeiro empenho político e os impulsos decisivos para lutar contra a pobreza, a fome, a criminalidade ambiental. Faltou liderança política para enfrentar com determinação e vigor os problemas globais do estado do ambiente no mundo. Joanesburgo ficará para a história como a “cimeira dos acordos voluntários”, a “cimeira das parcerias” ou dos ditos “bons negócios”. Por exemplo, é escandaloso o não acordo sobre metas e objectivos quantificados para as energias renováveis, elemento fundamental na luta contra as alterações climáticas, com todas as consequências nefastas, quer para a saúde e para a própria economia, quer para as paisagens de numerosas regiões do globo.

No entanto, no pós-Joanesburgo - dada a consciência acrescida das populações perante os problemas ambientais - ainda há lugar para a esperança e para a “governança responsável”.

Estas grandes cimeiras que periodicamente se realizam sobre o futuro do planeta não são, antes de mais, gritos de desespero da humanidade que as autoridades políticas teimam em fingir que não ouvem?

De facto, temos de nos interrogar sobre a utilidade de algumas decisões. Os discursos “eco-humanistas” produzidos em Joanesburgo, ou noutras cimeiras pelos líderes mundiais não chegam, efectivamente, para inverter o ciclo vicioso da pobreza, impor regras claras e universais de respeito pelo ambiente ou criar condições de trabalho mais justas.

Perante os verdadeiros problemas que afectam a

humanidade e o nosso planeta, os responsáveis políticos deviam ter sido capazes de apresentar resultados e medidas eficazes. Joanesburgo não se devia reduzir a uma mera tribuna política sem um conteúdo concreto.

Que atitude deveriam tomar os países ricos e industrializados para impedir a progressão da pobreza no mundo e a acelerada degradação ambiental?

O recente trabalho realizado pelas Nações Unidas sobre o “estado do ambiente no mundo” vem demonstrar que, nos últimos 30 anos, as iniciativas políticas desenvolvidas, não só não foram suficientes para contrariar as inúmeras situações de degradação, como os factores de pressão antropogénica sobre o ambiente se multiplicaram assustadoramente. A “ambientalização económica” ainda está muito aquém de quaisquer exigências societárias modernas. Por isso, uma política moderna tem de conseguir motivar os Governos, as multinacionais, as empresas, entre outros, para agirem. Ainda que as desilusões sejam muitas, as respostas construtivas são possíveis. E têm de ser plenamente assumidas pelos países ricos, sem marginalizar a participação dos países em desenvolvimento. A criação de autoridades internacionais como a Organização Mundial do Ambiente ou um Conselho de Segurança Económica e Social, tornam-se cruciais para fazer respeitar a Declaração do Milénio com os seus seis princípios fundamentais para as relações internacionais no século XXI: liberdade; igualdade; solidariedade; tolerância; respeito pela natureza e responsabilidade partilhada.

O que tem mais capacidade para se impor, as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) ou as da Convenção sobre a Biodiversidade?

Pelos resultados da Cimeira, as da OMC. Não esqueçamos, por exemplo, que o *dossier* sobre as subvenções agrícolas foi remetido para a próxima ronda de negociações da Organização

Mundial de Comércio, a realizar em 2003, e que o Protocolo de Cartagena sobre biosegurança continua por ratificar. Por outro lado, fracassou o objectivo de, até 2010, reduzir para metade a perda da riqueza biológica. Isto é tanto mais grave quando sabemos que, anualmente, a utilização dos recursos naturais ultrapassa em 20 por cento a capacidade de regeneração dos respectivos ecossistemas.

A ausência do Presidente Bush na Cimeira de Joanesburgo, a par da não ratificação do Protocolo de Quioto, não foi um sinal claro de que a principal economia do mundo continua no caminho do desenvolvimento não sustentável?

A ausência do Presidente Bush - de férias no Texas - é paradigmática e bem demonstrativa do *dumping* ecológico que os EUA tentam impor a todos os outros países. Como alguém disse na cimeira, “o que polui parece ser o elo mais forte”. Ao rejeitar em bloco o Protocolo de Quioto, o único tratado internacional de luta contra as alterações climáticas, o Presidente norte-americano transformou-se no maior aliado da insustentabilidade planetária.

A sociedade civil e as ONG's tiveram um papel satisfatório na Cimeira de Joanesburgo?

Foi extremamente positivo o papel das ONG's. Globalizaram a solidariedade e foram o contraponto cívico da cimeira, a “sineta” de alarme da cidadania mundial e da sustentabilidade.

Como classifica a participação do Governo português na Cimeira de Joanesburgo?

Se recordarmos que o próprio primeiro-ministro afirmou que, relativamente à cimeira, “não tinha expectativas”, talvez possamos entender por que foi tão politicamente irreconhecível a participação portuguesa. Aliás, o Governo

português apresentou-se, em Joanesburgo, sem uma Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável. O seu discurso foi inócuo. O conteúdo das declarações do ministro das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente foi inconsistente, carecendo de uma rápida e credível reformulação. A propósito das energias renováveis, foi esclarecedor: “Não se estabeleceram metas, mas o texto obriga os países a aumentar a sua quota de renováveis com urgência”. A ver vamos.

Qual a importância da proposta da Internacional Socialista, presidida por António Guterres, para criar um Conselho de Segurança Económica e Social no âmbito das Nações Unidas?

É um importante contributo no plano institucional. A criação de um Conselho de Segurança Económica e Social, visando coordenar as diversas organizações internacionais (OMS; OIT; OMC), poderá garantir uma melhor eficácia na “governança mundial”, em prol da sustentabilidade, na sequência, aliás, das orientações da Cimeira de Lisboa, que preconiza uma economia mais competitiva, mas sem deixar de colocar o pleno emprego e a empregabilidade, no centro da política de coesão económica e social.

Como se devem posicionar os socialistas perante a globalização e a sua influência nos equilíbrios económicos, sociais e regionais do Planeta?

Para os socialistas as grandes causas não morreram, nem faltam os intervenientes dispostos a corporizá-las. Mas, para que se ganhem tais causas, torna-se indispensável mudar as políticas públicas. Só deste modo se pode retomar a confiança dos cidadãos. Só estabelecendo um “novo compromisso” entre o económico, o social e o ambiente, se pode pugnar pela “sociedade dos indivíduos” iguais em direitos e deveres, onde a solidariedade prepondera. O fenómeno da globalização não pode ser visto nem linearmente nem como uma fatalidade. Sabemos que há uma pluralidade de dinâmicas contraditórias e socialmente adversas, que vão desde a uniformização dos padrões de consumo à crescente insegurança alimentar; da especulação monetária e financeira à fragilização da coesão social; da delapidação dos recursos naturais aos efeitos cumulativos da poluição. É isto que se torna imperioso inverter. A globalização em si mesma não é boa nem má. Ela depende da sua regulação social e política. Daí que o diálogo entre ambiente e economia tenha de ser radicalmente diferente. A lógica das vantagens competitivas das empresas que não respeitam o ambiente, tem de ser social e politicamente condenada. A legislação no domínio do ambiente não é um entrave ou uma ameaça ao crescimento económico, antes pelo contrário, constitui um elemento referencial obrigatório do desenvolvimento. Neste sentido, como socialistas, devemos bater-nos por um reformismo ambiental audacioso e por uma orientação humanista para a globalização económica.

REQUERIMENTOS

VITALINO CANAS QUESTIONA EXECUTIVO

Durante o mês de Agosto o deputado socialista Vitalino Canas apresentou na mesa da Assembleia da República um conjunto de requerimentos sobre vários temas da actualidade.

Na qualidade de relator designado pela comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Vitalino Canas solicitou ao ministro da Administração Interna que lhe fosse enviado um relatório recente do SIS sobre o tráfico ilegal de armas em Portugal, recordando que teve conhecimento do documento através dos órgãos de Comunicação Social.

As recentes informações prestadas à opinião pública por dirigentes de vários países de que estará em análise uma operação militar com vista ao derrube do regime iraquiano, levaram Vitalino Canas a pedir esclarecimentos aos ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros sobre se o Governo português foi

consultado sobre a eventual operação no Iraque. Se a resposta for positiva, o parlamentar do PS quer saber, qual a posição transmitida e se for negativa se o Executivo tenciona tomar alguma iniciativa.

Por outro lado, Vitalino Canas questionou o ministro da Saúde sobre a intenção de encerrar algumas das 18 Comissões de Dissuasão da Toxicod dependência (CDI) em funcionamento, sobretudo as do interior, onde começam a surgir sinais de acréscimo de consumidores, o que implica que os toxicod dependentes dos distritos do interior tenham de se deslocar centenas de quilómetros para se submeter a uma CDI.

O deputado do PS quer também que o Governo esclareça sobre a reavaliação da descriminalização do consumo de droga anunciada pelo deputado do PSD Fernando Negrão, atendendo a que se trata de uma medida não anunciada no programa do Executivo. Outra questão colocada pelo



parlamentar do PS tem a ver com as declarações do mesmo deputado sobre a possibilidade de retomar a criminalização do consumo de drogas, o que significa contrariar o programa do Governo, solicitando por este motivo a confirmação ou não desta medida. O parlamentar socialista entregou um requerimento dirigido ao ministro das Obras Públicas relativo às acessibilidades do concelho de Sintra, nomeadamente sobre processo de alargamento do IC19, a suspensão do concurso para a construção da auto-estrada IC16/IC30,

e se com o anunciado lançamento de portagens em várias auto-estradas, a CREL, poderá ser ou não abrangida por esta medida.

Vitalino Canas enviou ainda outro requerimento a pedir explicações sobre o fim do contrato do Estado com a Eurocopter para o fornecimento de nove helicópteros para o Exército português. O ministro da Defesa, Paulo Portas anunciou que está disponível para ir à Comissão de Defesa prestar esclarecimentos sobre esta questão, o que deverá acontecer ainda hoje mesmo na Assembleia da República.

AÇORES

PS PROMOVE INQUÉRITO AOS MILITANTES

No âmbito do processo de reafiliação em curso a nível nacional, o PS/Açores aproveitou para proceder simultaneamente a um inquérito aos militantes que ocupam lugares de destaque na vida social das respectivas áreas de residência, com o objectivo de avaliar a sua implantação nas forças vivas (instituições sociais, associações recreativas, clubes desportivos) da região autónoma.

Assim, foi enviado a cada um dos cerca de três mil militantes do PS/Açores um inquérito com uma série de perguntas acerca do nível

académico de cada um dos inscritos, bem como a sua participação em actividades ou órgãos directivos das colectividades das suas áreas de residência como associações de carácter social, culturais, recreativas e desportivas.

Segundo o director-geral do PS/Açores, Carlos Ávila, "trata-se de um levantamento que tem por objectivo permitir uma caracterização socioprofissional dos diferentes militantes, de modo a percebermos a implantação do partido". O PS/Açores pretende que no congresso regional, agendado para o primeiro trimestre de 2003, e



que irá definir a estratégia eleitoral do partido rumo às próximas eleições regionais de 2004, já se conhece com profundidade a implantação do

partido na sociedade açoriana, o que será um importante instrumento de trabalho com vista aos próximos actos eleitorais.

GUARDA

CONTRA EXTINÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO DISTRITO

O PS/Guarda denunciou a extinção das Direcções Regionais dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, lembrado que a Guarda era uma das oito sedes regionais deste serviço da Administração Pública.

Os socialistas, em comunicado, questionam a "oportunidade" da extinção da delegação na Guarda, recordando "que esta é a época do ano em que mais portugueses residentes no estrangeiro estão em Portugal e que mais solicitam este serviço.

O PS/Guarda não deixa de lembrar que durante o período do Governo socialista, o distrito não viu extinto nenhum serviço público, ao contrário do que está a suceder agora com o PSD, que para além de acabar com esta Direcção-Geral, já extinguiu o Centro de Formalidades de Empresas da Guarda, que desempenhava um papel de grande importância para os empresários e consequentemente para o desenvolvimento do distrito.

**FAUL**

CRIADA SECÇÃO DE ACÇÃO SECTORIAL DA EDUCAÇÃO

No âmbito da FAUL foi criada uma Secção de Acção Sectorial da Educação - destinada a professores, estudantes e outros militantes interessados pela área da Educação - que já tem uma Comissão Instaladora onde pontifica a camarada Natalina Moura.

As primeiras eleições para os órgãos dirigentes desta nova estrutura, que estiveram inicialmente agendadas para 12 de Julho, foram entretanto adiadas para este mês em data ainda não fixada.

Para os camaradas inscritos numa secção de residência que desejem militar também nesta nova estrutura de carácter temático, basta que enviem uma carta ao Departamento de Dados do PS, na sede nacional do Largo do Rato, solicitando a sua inscrição na Secção de Educação.

Segundo António Brotas, "esta nova Secção pode ter um papel importante na política educacional do PS". Por isso, adianta, "é importante que os professores e outros militantes do PS interessados na educação, incluindo estudantes, nela se inscrevam para ainda poderem participar nas eleições previstas para Setembro".

AUGUSTO INÁCIO MARIA

UM DOS ROSTOS DA MUDANÇA NO ALENTEJO

Servir a comunidade quer na actividade autárquica, quer na área do associativismo, é o lema que sempre norteou a acção política de Augusto Inácio Maria, presidente da Junta de Freguesia de S. Maria, no concelho de Odemira.

O militante desta semana do "Acção Socialista", um dos muitos rostos das vitórias autárquicas socialistas alcançadas no Alentejo, explica que a mudança que se tem vindo a verificar nesta região se deve, por um lado, "ao esgotamento e saturação do modelo de gestão da CDU", e, por outro, "aos projectos apresentados pelo PS, no âmbito de uma aposta num modelo de desenvolvimento sustentado, centrado na construção de infra-estruturas básicas e na optimização dos recursos naturais, que tem tirado a região da estagnação em que se encontrava mergulhada".



Desde sempre ligado ao associativismo, Augusto Inácio Maria foi durante 19 anos membro da direcção do Sport Clube Odemirense e é actualmente director-tesoureiro dos Bombeiros Voluntários de Odemira, instituição de que já foi presidente da direcção.

"O PCP, quando dirigiu a Câmara de Odemira, votou sempre ao ostracismo os bombeiros", lamenta, sublinhando que "só com a chegada do PS à presidência desta autarquia é que foi dado apoio" aos soldados da paz, traduzido na atribuição, todos os anos, nas comemorações do 25 de Abril, de duas novas viaturas, para além de ajudas financeiras regulares.

A par da sua intensa participação na vida associativa, este camarada desenvolve desde há 20 anos uma actividade autárquica, tendo sido membro da Assembleia de Freguesia de Salvador, órgão que chegou a presidir durante quatro anos, e é há cerca de um ano presidente da Junta de Freguesia de S. Maria, na sede do concelho da vila de Odemira, que desde há quatro anos tem um Executivo socialista.

"A nossa vitória na freguesia, bem como no concelho de Odemira, explica-se fundamentalmente pela saturação da

gestão da CDU e pelo facto do PS ter apresentado projectos de desenvolvimento centrados na construção de infra-estruturas de saneamento básico, no

alargamento da rede rodoviária e no incremento da habitação social, entre outros, tendo como objectivo central o bem-estar das populações, em especial das mais vulneráveis", afirma.

Há cerca de um ano à frente dos destinos da Junta de Freguesia de S. Maria, este autarca refere que aceitou ser cabeça-de-lista do PS nas últimas eleições "porque pretendi dar o meu contributo para o desenvolvimento da freguesia, no quadro de um programa de mudança", acrescentando que o que o motiva na actividade autárquica "é resolver os problemas das pessoas, que sinto como se fossem os meus".

Augusto Inácio Maria refere que tem como objectivo prioritário "completar o saneamento básico e a rede de electrificação em algumas localidades da freguesia, bem como apostar fortemente na energia solar", salientando ainda que o Executivo da Junta pretende melhorar o serviço de transporte em carrinhas dos cidadãos idosos, que vivem nas zonas rurais com difícil acesso, para a sede do concelho, para que possam fazer compras, ir ao médico ou tratar de assuntos burocráticos, um serviço que afirma ser de "grande utilidade social".

Este militante faz um balanço "positivo" dos seis anos de Governo PS, nomeadamente a prioridade às políticas sociais, destacando o rendimento mínimo garantido, que considera um importante instrumento de "combate à pobreza e de inclusão social".

Como alentejano, adianta, "não posso deixar de sublinhar a forte aposta dos governos de António Guterres no desenvolvimento sustentado da nossa região, através de um volume de investimentos sem precedentes, de que a barragem do Alqueva, um sonho de décadas, é o exemplo mais emblemático". Por outro lado, como aspecto mais negativo da acção governativa, aponta a "falta de coragem na implementação da reforma fiscal, uma medida essencial para uma melhor redistribuição do rendimento nacional em favor dos mais desfavorecidos". Afirmado-se contente com a liderança de Ferro Rodrigues, "um homem competente, de acção, que faz dos problemas sociais a sua bandeira", este camarada defende que "o PS deve fazer uma oposição feroz, sem contemplos com esta política de direita, de liberalismo económico puro e duro, prosseguida pelo Governo PSD/CDS".

J. C. CASTELO BRANCO

PREFERÊNCIAS

Político nacional
Mário Soares

Político estrangeiro
Xanana Gusmão

Acontecimento nacional
25 de Abril

Acontecimento internacional
Queda do Muro de Berlim

Livro
"Os Maias"

Autor
Eça de Queiroz

Músico
Paco Bandeira

HELENA TORRES MARQUES

CIMEIRA DO EMPREGO FOI A ÚNICA A DEFINIR UMA ESTRATÉGIA EUROPEIA

O abrandamento da economia mundial registado a partir do segundo semestre de 2001 aumenta ainda mais a necessidade de implementar a estratégia definida em 23 e 24 de Março de 2000 no Conselho Europeu de Lisboa, destinada a tornar a actividade empresarial mais moderna e competitiva, afirma um relatório recentemente aprovado pelo Parlamento Europeu sobre uma Comunicação da Comissão intitulada "Manter os compromissos e avançar mais depressa". No seguimento da Estratégia de Lisboa, foi também adoptada, no Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, a Carta Europeia das Pequenas Empresas que, embora menos conhecida, tem produzido resultados mais visíveis. Com efeito, pode ler-se no relatório da deputada francesa Dominique Vlasto que "a adopção da Carta teve repercussões muito positivas, amplamente reconhecidas pelos poderes públicos e pelos meios profissionais. A satisfação expressa relativamente ao conteúdo da Carta tem a ver com a sua simplicidade, clareza e dimensão operacional". As pequenas empresas desempenham um papel económico e social da maior importância, na medida em que dão emprego a 65 milhões de pessoas e representam 53 por cento dos empregos na União Europeia.

As conclusões alcançadas no Conselho de Lisboa tornaram-se a pedra de toque das políticas de modernização empresarial, competitividade e de emprego, cujo objectivo geral é tornar a União Europeia o espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo, baseado no conhecimento. "Aquele foi o único Conselho que definiu claramente uma estratégia para a Europa. Daí a sua enorme importância", disse a eurodeputada Helena Torres Marques, membro da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários.

No entanto, o ritmo de implementação das propostas que nela constam tem variado de um país para outro. "Nos últimos 18 meses assistiu-se, nos Estados-membros, a uma multiplicação de experimentações, mas muitas dessas boas práticas não foram objecto de um exercício de aferição, e outras parecem mesmo não ser conhecidas", afirma o relatório. É por isso que considera que se deve "exigir uma avaliação mais crítica dos progressos realizados e do método utilizado". Para Helena Torres Marques, alguns dos aspectos mais importantes da Estratégia prendem-se com o aumento por parte dos Estados-membros do investimento nos sectores de alta produtividade e nas novas tecnologias. De realçar também o esforço para tornar os mercados europeus mais compatíveis entre si.



A Estratégia de Lisboa, que instituiu a reunião de um Conselho Social para acompanhar as estratégias económicas da União Europeia e os Conselhos de Ministros da Economia e Finanças, baseia-se no método de coordenação aberta das políticas económicas e sociais em torno de objectivos comuns, pondo o acento no papel prioritário do sector privado. É deste método que deve nascer uma nova parceria entre as instituições comunitárias, os Estados-membros e a sociedade civil. O seu objectivo é levar à realização de reformas nos Estados-membros no contexto da liberalização dos mercados, revisão da fiscalidade das empresas, modernização dos mercados de trabalho, encorajamento à utilização das novas tecnologias de informação. Relativamente à implementação no nosso

país dos objectivos definidos na Estratégia de Lisboa, Helena Torres Marques afirma que "Portugal tem de fazer um esforço considerável, porque é necessário fazer um grande investimento em matéria de educação e em novas tecnologias. Aliás, essa é uma das origens do aumento do défice, porque o anterior Governo do PS fez aí um esforço enorme", afirma a deputada. O relatório apela também ao respeito pelos "compromissos assumidos em Lisboa de aumentar o contributo das finanças públicas para o crescimento, o emprego e a Investigação e Desenvolvimento, reduzir a pressão fiscal sobre o trabalho bem como o nível global dos auxílios estatais. A relatora considera que "não só é necessário acelerar o ritmo das reformas, como urge também obrigar ao respeito do método definido em Lisboa".

AGÊNCIAS DE VIAGENS SERÃO MAIS COMPETITIVAS

A Comissão dos Assuntos Económicos do Parlamento Europeu aprovou por unanimidade o relatório da eurodeputada Helena Torres Marques sobre a proposta da Comissão Europeia que revê o regime especial do IVA aplicável às agências de viagens europeias.

A deputada defende no seu relatório que se proceda a uma harmonização das regras aplicáveis às agências de viagens, de forma a torná-las mais competitivas face às suas congéneres dos países extra-comunitários a operar dentro e fora do espaço da União Europeia.

Este novo sistema de IVA, que vem alterar o que vigorava desde 1977, cria assim novas regras para as agências de viagens a operar no espaço comunitário e para as europeias que estejam sediadas em países terceiros, adaptando-as à evolução e às novas exigências dos mercados. Assim, defende-se que as filiais europeias sediadas fora do espaço comunitário fiquem isentas de IVA ao fornecerem viagens organizadas a cidadãos extra-comunitários.



PARLAMENTO EUROPEU

SOCIALISTAS PORTUGUESES MARCAM PONTOS EM ESTRASBURGO

Os eurodeputados socialistas portugueses estiveram esta semana particularmente activos na sessão plenária de Estrasburgo, intervindo na maior parte dos temas mais importantes. Joaquim Vairinhos interveio sobre o céu único europeu, tema de grande relevância para a operabilidade do espaço aéreo na União Europeia; Manuel dos Santos falou a propósito das vendas abaixo do custo no Mercado Interno; e Paulo Casaca defendeu a adopção de medidas de apoio iguais no auxílio europeu às catástrofes naturais, independentemente do país em que ocorram. Sérgio Sousa Pinto e Helena Torres Marques intervieram no debate sobre a necessidade de dar mais conteúdo e visibilidade à cidadania europeia, mas fizeram-no já na sessão da noite, pelo que publicaremos as respectivas intervenções na próxima edição do "Acção Socialista".

Céu único europeu

"É absurdo que existam vários sistemas de prestação de serviços executados por meia centena de centros de controlo de tráfego aéreo, com duas dezenas de explorações diferentes e setenta linguagens de programação informática", disse Joaquim Vairinhos no plenário do Parlamento Europeu. O eurodeputado socialista considerou que a questão da regulação é de extrema importância e, por isso mesmo, incontornável na proposta de pacote de quatro regulamentos do céu único europeu. O objectivo do projecto agora apresentado é transformar, até 31 de Dezembro de 2004, o espaço aéreo europeu num espaço integrado, organizado em torno dos mesmos princípios e subordinado às mesmas regras. Espera-se assim reduzir os custos associados à gestão do tráfego aéreo, aumentar a capacidade dos seus sistemas e diminuir os atrasos dos aviões. Questão fundamental é melhorar as condições de segurança.

"A segurança – diz Joaquim Vairinhos – deve ser a primeira preocupação de todos os intervenientes na implementação do céu único europeu, seguida das questões ambientais e



da eficácia". Questões delicadas abordadas pelo relatório são a cooperação entre as autoridades civis e militares responsáveis pela prestação de serviços de navegação aérea e a eventual abertura dos serviços de navegação aérea a operadores privados, dado que a Comissão já deu os primeiros passos no sentido da liberalização do sector, levantando receios quanto ao seu impacto no mercado do trabalho.

Vendas abaixo do custo

O Parlamento Europeu tem a obrigação de produzir alterações ao regulamento que incide sobre a promoção de vendas no Mercado interno, devendo manter-se como princípio fundamental para uma prática comercial justa e leal a proibição de vendas com prejuízo, considerou Manuel dos Santos.

"Com efeito – afirma – a prática predatória dos preços abaixo do custo, quando generalizada,

gera pressões inaceitáveis sobre o sistema produtivo, num ambiente de posição dominante, esmagando até ao inconcebível as margens de lucro legítimo (e portanto de subsistência) das pequenas e médias empresas, obrigadas desse modo a todas as cedências e sujeitas a todas as chantagens".

"Como ninguém dá nada a ninguém, a venda abaixo do preço de custo é um estratagemma comercial que mais cedo ou mais tarde será suportado pelos consumidores", afirma o eurodeputado socialista.

Para Manuel dos Santos, a lealdade das práticas comerciais é um valor indispensável e absoluto para a construção e desenvolvimento de uma economia mais saudável, mais justa e mais coesa.

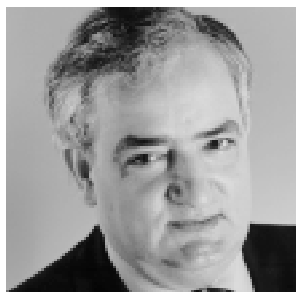
Apoio comunitário às catástrofes

A União Europeia deve ter uma mesma resposta de apoio para as catástrofes naturais,

independentemente do país onde ocorram, disse o eurodeputado Paulo Casaca, solidarizando-se, em nome dos socialistas europeus, com as vítimas das graves inundações que durante o Verão assolaram o Centro da Europa.

Ao intervir no plenário de Estrasburgo, o eurodeputado considerou da maior importância a intervenção urgente da União Europeia com medidas de apoio, por forma a que os efeitos nefastos da tragédia sejam minorados, e sublinhou que "é nestes momentos mais difíceis que a solidariedade europeia se constrói".

Paulo Casaca considera essencial que a Comissão Europeia avance com uma proposta de Regulamento "que, de acordo com o princípio da subsidiariedade, assegure uma resposta eficaz para as calamidades e um tratamento imparcial para os cidadãos afectados, quer se encontrem no Centro da Europa ou nos confins do Atlântico".



RELATÓRIO SOBRE FINANÇAS PÚBLICAS ATRIBUÍDO A MANUEL DOS SANTOS

As Finanças Públicas na União Económica e Monetária em 2001, é o tema do muito cobiçado relatório que foi atribuído pela Comissão Económica e Monetária do Parlamento Europeu ao eurodeputado Manuel dos Santos. O relatório vai incidir sobre a análise ao

estado das contas públicas na UEM em 2001, que, segundo a Comissão Europeia, foi o período mais difícil em termos de política orçamental dos últimos três anos. Serão feitas sugestões concretas sobre o modo como, no futuro, poderão ser enfrentados os principais desafios económicos da Europa.

Como atingir com solidez os objectivos do Pacto de Estabilidade e Crescimento, assegurar a sustentabilidade das Finanças Públicas a longo prazo e, ao mesmo tempo, preparar o alargamento, são algumas das questões às quais o relatório procurará dar resposta.

MATOSINHOS

NARCISO MIRANDA CHAMA INSPECÇÃO PARA AVALIAR DESEMPENHO DA CÂMARA

O presidente da Câmara Municipal de Matosinhos solicitou à Inspeção-Geral da Administração do Território (IGAT) uma avaliação geral ao desempenho da autarquia. "Solicitei à IGAT que seja feita uma avaliação rigorosa aos serviços de obras e de gestão da Câmara de Matosinhos", afirmou Narciso

Miranda no final de uma reunião do Executivo. O autarca não quer que pairam dúvidas sobre o projecto de construção de uma unidade hoteleira na zona do Porto de Leixões, cujo pedido de viabilidade a autarquia deu parecer favorável. O presidente da autarquia remeteu para o Ministério Público notícias que dão conta



da "eventual incompatibilidade" de um funcionário camarário em todo este processo, acrescentando ainda que vai abrir um inquérito de carácter interno.

Estas decisões de Narciso Miranda surgiram na sequência de uma notícia publicada no "Jornal de Notícias", em que se apontavam alegadas incompatibilidades e conflitos de interesses nos serviços municipais relativos ao processo de aprovação do estúdio prévio para a concretização deste projecto.

Entretanto, o presidente da Câmara de Matosinhos foi um dos presentes mais felizes na inauguração da segunda fase da operação experimental da Linha Azul do Metro do Porto. Para o autarca de Matosinhos o Metro do Porto deve ser alargado até Leça da Palmeira, acrescentando, que já expôs os seus planos ao ministro das Obras Públicas.

CARLOS CÉSAR DENUNCIA

MINISTRA DAS FINANÇAS DESRESPEITA ILHAS

O presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, disse que a indisponibilidade da ministra Manuela Ferreira Leite para receber o secretário regional das Finanças, Roberto Amaral - que pediu uma audiência por quatro vezes - demonstra uma "enorme arrogância".

Protelar um encontro com um secretário regional para tratar das questões financeiras da região é uma mostra de "desrespeito" pelas ilhas, considerou o governante açoriano, no final de uma reunião da concertação social para análise da proposta de Plano para o ano de 2003.

Carlos César explicou que, sem esse encontro, as previsões das receitas regionais para o próximo ano baseiam-se numa promessa de Durão Barroso segundo a qual Açores e Madeira não iam ser prejudicados no próximo Orçamento de Estado de 2003.

Sobre as limitações impostas aos investimentos da região no próximo ano, o presidente do Governo açoriano deu algumas explicações, referindo, nomeadamente, as condicionantes financeiras impostas pelas despesas da saúde e do processo da reconstrução das ilhas do Pico e Faial, atingidas pelo sismo de 1998.

SANTARÉM

AUTARQUIA PROMOVE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Câmara Municipal de Santarém vai desenvolver ao longo deste ano lectivo um projecto de educação ambiental abrangendo 2600 alunos de 68 escolas do primeiro ciclo, tendo como principal objectivo levar as crianças a participarem de forma activa na preservação do ambiente.

O projecto passa pela exibição de uma peça de teatro, "Albor, o filho do futuro" e pelo lançamento do concurso "Descobrir para participar, olhar os percursos diários", que se baseia na realização de trabalhos em materiais reciclados e reutilizados.

Segundo o vereador responsável pelo pelouro da Educação, Joaquim Neto, "a inovação do projecto reside no facto de o conteúdo da peça de teatro ter contacto com a consultoria técnica da autarquia integrando-se na realidade do concelho".

Este programa de educação ambiental prevê a realização de 20 espectáculos, que custarão à autarquia cerca de 13 mil euros.

A estreia está marcada para 19 de Setembro em Santarém e o encerramento está previsto para 5 de Junho de 2003, Dia Mundial do Ambiente.

FUNDADOR DO PS

MANUEL COSTA E MELO MORREU

Fundador do PS, de que era o militante número 28, Manuel da Costa e Melo faleceu no passado dia 21 de Agosto. Natural da aldeia de Mourisca do Vouga, concelho de Águeda, o antigo advogado e insigne democrata contava 89 anos.

Licenciado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1935, Costa e Melo destacou-se na luta contra a ditadura, tendo participado activamente nas campanhas eleitorais de Norton de Matos e Humberto Delgado, de que fez parte da Comissão de Honra. A sua militância na oposição ao regime valeu-lhe por três vezes a prisão pela PIDE.

Costa e Melo foi ainda um dos organizadores dos Congressos da Oposição Democrática, que decorreram em Aveiro em 1969 e 1973.

Foi militante da União Socialista, do Movimento de Unidade Democrática (MUD), da Acção Socialista Portuguesa e do PS.

Após o 25 de Abril, pertenceu à Comissão Administrativa da Câmara de Aveiro, antes das primeiras eleições autárquicas, e foi governador civil de Aveiro durante o I Governo Constitucional chefiado por Mário Soares.

Costa e Melo colaborou na imprensa regional e nacional, nomeadamente no "Acção Socialista", onde assinou uma coluna durante vários anos.

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, expressou o seu profundo pesar pelo falecimento deste ilustre militante socialista, afirmando que Manuel Costa e Melo, "democrata de sempre, distinguiu-se em todos os grandes momentos políticos do País que atravessaram a sua vida, como um homem íntegro, corajoso e frontal", que, acrescentou, "constituirá para sempre um exemplo para todos nós socialistas".

J. C. C. B.



É necessário que a Comissão Europeia avance com uma proposta de regulamento de auxílio às populações em caso de grandes catástrofes naturais que se reja por princípios claros e objectivos, e que respeite a subsidiariedade. Esse regulamento deve assegurar que todos os europeus serão tratados de forma equitativa, quer vivam na ilha do Faial, ou em Viena de Áustria.

É uma velha reivindicação formulada por deputados socialistas oriundos de países ou regiões que têm sido mais atingidas por grandes catástrofes naturais: a existência de um mecanismo orçamental europeu de solidariedade com as vítimas desses fenómenos.

A proposta - apresentada a título individual por Ioannis Souladakis, socialista grego, e por mim, teve mesmo a maioria clara dos votos no Parlamento Europeu para o Orçamento de 2001 (294 votos a favor, 190 contra), mas abaixo dos 314 votos necessários para poder mudar o projecto de Orçamento da Comissão Europeia.

Foi preciso que uma grande catástrofe natural chegasse ao centro da Europa - e não se registasse apenas na sua periferia - para que a Comissão Europeia propusesse a instituição desse mecanismo, e avançasse com propostas de emergência.

Como nos dizia a nossa camarada Constanze Krehl, vinda de Dresden, na Saxónia, cidade em que o centro histórico foi gravemente afectado pelas recentes inundações, só quem vive estas catástrofes sabe o que elas significam para as populações que as enfrentam.

Talvez por isso foi necessário esperar que elas se tornassem conhecidas de perto no coração da Europa para que fosse finalmente ouvida a voz dos que insistentemente clamaram pela solidariedade europeia nestas circunstâncias.

A mobilização imediata de verbas europeias específicas que se podem aproximar dos mil milhões de euros (para além da reprogramação de verbas já existentes nos orçamentos agrícolas, estruturais e outros) será sem dúvida de grande importância para auxiliar a reconstrução de uma catástrofe cujos danos na Alemanha serão, na última estimativa disponível, da ordem dos 25.000 milhões de euros.

Não podemos no entanto ficar por aqui. É necessário que a Comissão Europeia avance com uma proposta de regulamento de auxílio às populações em caso de grandes catástrofes naturais que se reja por princípios claros e objectivos, e que respeite a subsidiariedade. Esse regulamento deve assegurar que todos os europeus serão tratados de forma equitativa, quer vivam na ilha do Faial, ou em Viena de Áustria.

É necessário também entender que as catástrofes não se medem apenas pelos seus efeitos absolutos,

Os cargos de Estado imunizavam, por princípio, os seus titulares, evitando que respondessem criminalmente pelos seus actos. Seria necessário atingir o final do séc. XX para que a prisão de Pinochet, em Londres, com base num pedido de extradição, viesse chamar a atenção do mundo para que algo estava a mudar e que estavam enganados os que vinham sugerindo que o direito internacional estava virtualmente moribundo.

Em 1 de Julho de 2002 entrou finalmente em vigor o Estatuto de Roma, que institui o Tribunal Penal Internacional. Os crimes de genocídio, os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e agressão, cometidos depois dessa data, quaisquer que sejam os cargos oficiais dos seus autores, passarão a ser julgados por um tribunal internacional de carácter permanente, se os Estados envolvidos e os seus tribunais não tiverem querido ou podido fazê-lo.

A velha utopia de uma instância internacional de natureza judicial com competências em matéria penal e de carácter permanente reuniu as condições para a passagem à realidade em Abril, quando foi atingido o número de sessenta ratificações exigido para a entrada em vigor do Estatuto de Roma. O período de tempo que mediou entre a aprovação do Estatuto, em Julho de 1998, e a entrada em vigor acabou por ser bem menor do que previam alguns, que chegavam a apontar para o ano de 2006.

A instituição do TPI representa um passo de alcance histórico na luta contra a impunidade dos poderosos. Ao longo do séc. XX, para não falar de toda a história da humanidade, a barbárie escapou, quase por sistema, à criminalização e à justiça. Foram excepcionais os casos de responsabilização criminal - e tal ocorreu em regra perante tribunais *ad hoc*, expressão da vontade dos vencedores, quando não da própria vitória militar, sempre vulneráveis à acusação de selectividade e de violação de princípios geralmente observados na justiça penal.

Os cargos de Estado imunizavam, por princípio, os seus titulares, evitando que respondessem criminalmente pelos seus actos. Seria necessário atingir o final do séc. XX para que a prisão de Pinochet, em Londres, com base num pedido de extradição, viesse chamar a atenção do mundo para que algo estava a mudar e que estavam enganados os que vinham sugerindo que o direito internacional estava virtualmente moribundo. A instituição do TPI introduz duas alterações de grande relevo no panorama que caracterizou o século passado.

Quando os Estados não procedam - ou não o fizerem com a genuinidade exigível - à responsabilização dos autores dos mais graves crimes que afectam a humanidade, um tribunal internacional permanente passa a encontrar-se capacitado para complementar/corrigir/suprir aqueles comportamentos estatais e proceder ao julgamento dos responsáveis. O direito à justiça, o direito à verdade e o direito à memória deixam de poder ser em definitivo confiscados às vítimas desses crimes por Estados que se comportem como cúmplices ou encobridores.

Por outro lado, no apuramento de responsabilidades criminais daquela gravidade, as qualidades oficiais - incluindo as de chefe de estado e chefe militar - deixam de ter relevância. Os que actuarem investidos em posições de poder deixam de poder beneficiar delas para eliminar ou reduzir as suas responsabilidades. Não há "blindagem de Estado" a prevalecer sobre o direito à justiça.

Uma mensagem importante decorre destas inovações. Deixou de bastar a protecção, a omissão, a inércia ou a manipulação de um poder estatal para, factual ou juridicamente, ter assegurada a imunidade. Para lá da dimensão sancionatória e reparadora, essa mensagem tem óbvia força dissuasora. A criação do TPI, só por si, é susceptível de influenciar a decisão de potenciais infractores. Não seria por não ter de "sair da garagem" - como já foi sugerido que poderia ocorrer - que o TPI deixaria de constituir o veículo dum relevante viragem na vida internacional.

A existência de uma instituição internacional legitimada para julgar indivíduos responsáveis por graves crimes tem um outro efeito benéfico sobre o panorama internacional. Há várias situações graves que perduram em que, sem a atribuição de responsabilidades individuais, os crimes são e permanecem imputados às comunidades a que os seus autores pertencem. Individualizar e julgar os responsáveis é, em muitos desses casos, a única via para a superação de conflitos e ódios históricos entre comunidades e condição da própria esperança da reconciliação e da tolerância.

A instituição que agora nasce regista, à partida, uma séria limitação - a que resulta dos Estados Unidos da

PARLAMENTO EUROPEU

SOLIDARIEDADE COM AS REGIÕES VÍTIMAS DE CATÁSTROFES NATURAIS

mas também em função da dimensão da região em que se situam. Desse ponto de vista, convém não perder de vista que, nos últimos dez anos, nenhuma região sofreu catástrofes naturais de maior impacto relativo à dimensão regional do que a dos Açores.

Em último lugar, temos a forma como o agravamento da despesa pública ocasionado por fenómenos dessa natureza deve ser tido em conta.

O capítulo que o Tratado dedica à política económica é de facto dominado pela questão do défice e da dívida pública, mas não deixa de dizer, contudo, que, em caso de grande catástrofe natural, o orçamento comunitário deve participar no esforço de reconstrução e que os critérios de rigor orçamental devem ter em conta qualquer facto imprevisível que se suceda.

Nesta situação, conviria lembrar que a Região Autónoma dos Açores se encontra a desenvolver um enorme esforço financeiro para financiar a reconstrução das ilhas do Faial e do Pico, a primeira devastada por um sismo em 1998, e a segunda grandemente afectada pelo mesmo sismo.

Se é lamentável que não tivesse sido então utilizado um fundo financeiro europeu para situações de catástrofe como irá agora acontecer, mais lamentável ainda seria vermos a Região proibida de contrair os empréstimos essenciais à conclusão da sua reconstrução, com um Governo da República que nem sequer respeita nesta matéria os compromissos assumidos pelo Governo que o precedeu.



PAULO CASACA

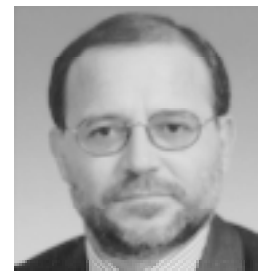
ACERCA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (I)

América, para além da China e de alguns outros países, terem optado por ficar de fora. Sob a presidência de Bush, os EUA promoveram a "nulificação" da assinatura da responsabilidade da administração anterior, aplicando a doutrina daquele senador que sempre apresentara o TPI como "uma ameaça à soberania dos Estados Unidos"... O argumento invocado pelos Estados Unidos tem a ver com a preocupação de subtrair os seus militares à possibilidade de sujeição ao TPI em caso de prática de graves crimes da respectiva competência. Deve dizer-se que, na lógica do Estatuto de Roma, assente na observância do princípio de complementaridade, bastaria que os tribunais americanos se ocupassem, com genuinidade, de tais eventuais crimes, para que a intervenção do TPI fosse excluída; por outro lado, a norma aplicável, no âmbito do TPI, é em tudo idêntica à que consta do Estatuto das Forças NATO. A posição dos Estados Unidos é assim, acima de tudo, a aplicação à esfera jurisdicional da atitude hostil às soluções multilaterais e comunitárias na vida internacional que tem identificado a actual administração.

É este um ponto em que se verifica uma significativa diferenciação entre a visão internacional dos Estados Unidos da América e a da União Europeia - onde não só todos os Estados, independentemente da natureza dos seus governos, ratificaram o Estatuto de Roma como órgãos da União o vieram activamente promover. Como alguns outros Estados da União Europeia, a ratificação do Estatuto de Roma por parte de Portugal exigiu uma revisão extraordinária da Constituição, já que normas constitucionais respeitantes à proibição da prisão perpétua, extradição, imunidades e competência penal dos tribunais portugueses não se encontravam formuladas em condições de permitir o acolhimento na ordem jurídica interna de algumas das soluções constantes do Estatuto.

Quer a ratificação quer a revisão constitucional que a viabilizou suscitaram entre nós um debate inusadamente vivo, em que os argumentos dos oponentes à participação portuguesa andaram à volta da prisão perpétua e da selectividade política do Tribunal. Por um lado, seria absolutamente inadmissível, para alguns, que Portugal aceitasse colaborar com um tribunal que pode aplicar, em casos especialmente graves, uma pena de prisão perpétua, ainda que revisível; por outro, alegou-se que o TPI constituiria um instrumento dos desígnios dos países mais poderosos, "danando" pequenos mas não incomodando grandes, e assim operando numa perversa selectividade.

Deve dizer-se que os sistemas penais europeus, na sua quase totalidade, admitem a pena de prisão perpétua, revisível; o sistema penal norte-americano faz um considerável apelo à pena de morte; o sistema penal chinês recorre em larga escala às execuções, com frequência em recintos públicos; sistemas penais islâmicos combinam extensamente várias outras penas bárbaras e cruéis com a pena de morte. Nestas condições, o Estatuto de Roma, que é o resultado de um esforço de aproximação entre muito diferentes culturas jurídicas, consagrou, para os mais graves crimes que afectam a humanidade, a solução penal aplicada e firmada na Europa, no final do séc. XX, excluindo elementos mais gravosos provenientes de outras matrizes punitivas. Não é difícil concluir, olhando para o panorama jurídico mundial, que se consagrou a melhor solução possível à luz dos valores da Constituição portuguesa.



ALBERTO COSTA

ENTRE A UTOPIA E A HIPOCRISIA



LUÍS MARINHO

c) Confirmam-nos que a Convenção é um facto europeu, *com existência e dinâmica suficiente* para que os seus resultados sejam tomados *em conta* e que, portanto, não estamos a trabalhar para aquecer. Dito isto, está provado e são os Governos os primeiros a reconhecê-lo que a Convenção Europeia não é mais um Colóquio ou Seminário gigantesco, isto é, não é mais um momento de diletância europeia - se o fosse ninguém temeria os seus resultados - é, isso sim, *um estaleiro* onde se produzem os moldes e afinam as peças necessárias ao edifício europeu do futuro. Mas, apesar de tudo, também confesso que me preocupa a hipocrisia de algumas contribuições governamentais. Vejamos dois exemplos, diria, quase de escola:

Devo confessar, ao contrário de muitos dos meus colegas que temem que as intervenções dos Governos à margem dos trabalhos da Convenção, designadamente de primeiros-ministros ou de ministros de Negócios Estrangeiros sejam formas de *pressão* sobre o rumo que os Convencionais devem seguir, tal não me preocupar demasiado por três motivos:

a) Ficamos a saber o que pensam e para onde querem os Governos *levar a Europa*, o que, perante o prudente silêncio a que nos acostumaram, é uma estimulante novidade que só confirma ser hoje a Europa, também, assunto de política interna.

b) Coloca-nos em guarda contra modelos e arquitecturas sobre a Europa futura que são uma *perversão* dos Tratados fundadores e do aprofundamento europeu, mesmo quando embrulhados em papel de azul a estrelas douradas....

A Convenção Europeia não é mais um Colóquio ou Seminário gigantesco, isto é, não é mais um momento de diletância europeia - se o fosse ninguém temeria os seus resultados - é, isso sim, *um estaleiro* onde se produzem os moldes e afinam as peças necessárias ao edifício europeu do futuro.

1- O Governo britânico pelo voz de *Jack Straw* anuncia esta semana que a Grã-Bretanha aceita, melhor que isso, *defende uma Constituição europeia*. Para um país que não conhece nenhuma, tanta fartura tem de ter um preço. E tem. Propõe, também, um novo órgão europeu "ad hoc", formado por parlamentares de todos os Estados-membros para controlarem a "legislação europeia injustificada", o que quer dizer fazer pressão e limitar o legislador europeu, pondo a Comissão e o Parlamento na dependência de um *corpo de polícia legislativo* que, consoante os interesses em jogo, nacionais ou outros, assim daria ou não o seu "imprimatur" às normas europeias.

Aliás, a ideia nem é nova. Há mais de dez anos, o ex-primeiro-ministro britânico, John Major, formulou-a, o que é, de coerência rigorosa para um eurocéptico!

2- Mas não só do europeísmo britânico nos chegam presentes destes. Também a insuspeita França, através da *senhora Lenoir*, ministra dos Assuntos Europeus, afirmou nada temer de um eventual "não" dos irlandeses ao Tratado de Nice, no tira-teimas referendário a realizar em Outubro, porque sempre "há que contar com a imaginação dos diplomatas".

Como sabemos, o problema não é diplomático é jurídico e bem andou o comissário Verheugen, responsável pelo alargamento, quando afirmou recentemente que "não há alternativa jurídica ou política ao Tratado de Nice". Sem ele, não há alargamento em 2004 e muito menos haverá o equilíbrio nele contido entre pequenos, médios e grandes Estados europeus quanto ao seu peso no Conselho, influência na Comissão e deputados no Parlamento.

A não ser que faça jeito *o não* da Irlanda. É que isso sempre permitiria na Conferência intergovernamental que for convocada em 2003, para aprovar o novo Tratado, introduzir um "up grading" em favor dos mais populosos e mais fortes que, como todos sabemos, António Guterres *desmantelou* na Cimeira de Nice. Também permitiria, dado a Convenção não ter sido convocada para analisar este ponto, considerado na altura um adquirido, *tentar ultrapassar* o seu ponto de vista, onde a maioria são Estados de pequena e média dimensão, tudo *deixando de facto à imaginação dos diplomatas na Conferência Intergovernamental*.

Permitiria, enfim, sem exageros conspirativos, adiar este alargamento enquanto a França não obtiver da Alemanha um acordo sobre o financiamento da PAC...

Enfim... meras contribuições governamentais de boa vontade.

QUEM DIRIGE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?



FILIPE NUNES

Imediatamente antes e imediatamente a seguir a cada mudança eleitoral, o tema das nomeações do pessoal dirigente da administração pública costuma dominar as agendas política e mediática. Foi assim em 1995 e assim tem sido em 2002, com a discussão a prolongar-se pela "silly season" fora, à custa de algumas "investigações jornalísticas" do *Público* e do *Diário Económico*. Com a excepção de dois artigos de Vital Moreira e Correia de Campos logo a seguir às eleições (no *Público* de 9 e 17 de Abril, respectivamente), de uma maneira geral, políticos, jornalistas e fazedores de opinião, com maior ou menor subtilidade, têm retratado a administração pública ora como um "Estado laranja", ora como uma coutada dos "boys socialistas". A avaliar pela ideia transmitida, seria de supor que a administração fosse dirigida por um conjunto de incompetentes encartados nas secções dos partidos e sem qualquer experiência de função pública. No entanto, é importante lembrar que têm sido os próprios líderes políticos a dar o maior contributo para a cíclica generalização desta imagem, que só serve para degradar o sistema político-administrativo aos olhos dos cidadãos. Recordemos as recentes medidas demagógicas de Durão Barroso relativamente às "regalias" dos membros dos gabinetes e dos gestores públicos, ou, por outro lado, o "no jobs for the boys", que, em Outubro de 1995, o então primeiro-ministro indigitado, António Guterres, dirigiu aos camaradas do Partido Socialista. Era o corolário de uns Estados Gerais e de uma campanha eleitoral em que os concursos públicos para o recrutamento do pessoal dirigente eram vistos como uma prioridade. Estão por avaliar os resultados dos concursos para os cargos dirigentes intermédios. Mas uma coisa é certa: o grande mérito da revisão do estatuto do pessoal dirigente foi, desde logo, a transparência ganha com a exigência da publicação, em "Diário da República", dos currículos dos nomeados, permitindo-nos, assim, conhecer melhor quem dirige a administração pública e colocar a questão nos seus devidos termos. Embora sem as limitações legais que os estatutos do pessoal dirigente impõem noutras democracias europeias aos governos partidários, a verdade é que a quase totalidade dos directores-gerais portugueses é recrutada no interior da administração pública e, na maioria dos casos, estamos perante pessoas com elevadas qualificações académicas (o que, de facto, não é sinónimo de competência na gestão) e que

Vai ser, sem dúvida, interessante acompanhar o efeito que o regresso do CDS à área da governação vai ter no perfil do pessoal dirigente. À primeira vista, já se começa, aliás, a adivinhar uma mudança no padrão de recrutamento e uma certa ruptura com esta espécie de "bloco central administrativo", como se viu na polémica extinção do IPE e em tantos organismos dos Ministérios da Saúde, da Educação ou do Trabalho.

fizeram toda a sua carreira no ministério onde exercem funções ou que já tinham sido dirigentes em governos anteriores. Ou seja, na administração pública, a renovação do pessoal dirigente é praticamente nula.

É verdade que há uma forte instabilidade de lugares: em Março de 2002, poucos seriam os casos de directores-gerais nomeados pela primeira vez para aquele lugar por governos anteriores aos de António Guterres. Contudo, essa instabilidade de lugares é acompanhada por uma grande estabilidade de pessoas. Analisando com atenção o "Diário da República" é possível concluir que a maioria dos directores-gerais do governo PS também tinha sido nomeada para cargos dirigentes durante governos PSD. Parece um jogo de cartas: baralhar e dar de novo.

É também impressionante a força do corporativismo, que vai muito para além do aceitável, isto é: das forças militarizadas e das polícias (nomeadamente a PJ, cuja estabilidade já teve melhores dias). Veja-se o peso dos docentes na Educação ou na Ciência, dos médicos na Saúde, e, especialmente, dos diplomatas e dos militares em lugares de nomeação política nos Negócios Estrangeiros e nos departamentos administrativos da Defesa Nacional. As nomeações parecem, assim, condicionadas a um pequeno grupo de pessoas que, em função das suas ligações e do estatuto da sua carreira, vai ficando mais abaixo ou mais acima na hierarquia do pessoal dirigente, mas, na grande maioria dos casos, sempre como dirigente - e, frequentemente, como dirigente de topo.

Vai ser, sem dúvida, interessante acompanhar o efeito que o regresso do CDS à área da governação vai ter no perfil do pessoal dirigente. À primeira vista, já se começa, aliás, a adivinhar uma mudança no padrão de recrutamento e uma certa ruptura com esta espécie de "bloco central administrativo", como se viu na polémica extinção do IPE e em tantos organismos dos Ministérios da Saúde, da Educação ou do Trabalho.

Perante isto, no espaço da esquerda democrática, e antes de (re)começarmos a protestar, devemos recordar o facto de ter sido em alguns ministérios sociais - onde a politização dos dirigentes foi maior - que o Governo PS mais se distinguiu e melhores resultados obteve. Se calhar, estamos aqui perante mais um problema verdadeiro que é discutido da pior maneira. Seguramente, não será uma questão que possa ser isolada de outras prioridades na organização e funcionamento da administração pública, aliás ignoradas por este governo conservador que reduz a modernização dos serviços públicos a uma questão orçamental. Contudo, a haver um problema ao nível do recrutamento do pessoal dirigente, esse problema não está certamente na politização das escolhas, mas no peso excessivo do corporativismo, factor que condiciona nomeações políticas, faz crescer a administração paralela e desresponsabiliza a gestão pública. Ora, sendo esta uma matéria que diz respeito ao sistema político-administrativo, talvez não fosse má ideia chegar a um acordo público quanto às regras do jogo para acabarmos, de vez, com polémicas que, no imediato, não beneficiam ninguém e, a prazo, prejudicam todos.

Apelo, em especial, para que algumas propostas de alterações estatutárias – nomeadamente sobre a contagem sequencial dos mandatos para efeitos de limitação do exercício de funções electivas – devam acautelar soluções de compromisso que não impeçam, os que há mais tempo militam e dirigem, de prosseguir o seu esforço partidário, fazendo-os perder na “secretaria”, mas também não traduzam um imobilismo dirigente que poderia resultar da não consideração dos anos anteriores em que já desempenharam esse tipo de funções.

Para os mais recentes militantes que têm acompanhado o quotidiano do PS pelo trabalho realizado nas respectivas Secções de residência, e participado nas iniciativas da Concelhia de Lisboa – parabéns ao camarada Miguel Coelho pela sua capacidade de mobilização ! – pode causar alguma estranheza a frequência com que se fala de renovação. Este apelo renovador não parte, como seria de esperar, daqueles que ao PS agora aderiram, já que seria descabido e insensato que quem de novo chega reclamesse por mudar o que não conhece.

Mas certo é que o documento em debate sobre a revisão dos Estatutos do PS, cujo relator é Vitalino Canas, abre (Ponto 1) com uma visão sobre a renovação, apontando quatro vertentes: aprofundamento da democracia interna, modernização, reaproximação à sociedade civil e renovação em sentido estrito. O tema ganha, de facto, uma centralidade incontornável.

Para um militante “estagiário”, com pouco mais de 15 meses de vida partidária – ainda que coadjuvante da acção governativa do PS durante os últimos seis anos – a renovação não é entendida como uma substituição geracional. Que fique claro que temos muito a aprender com aqueles que ao longo das últimas décadas deram corpo à vida partidária socialista, e cujo desempenho acabou por ser decisivo para que as novas adesões se concretizassem, para que o PS revelasse capacidade de mobilização de democratas que gravitavam, sem vínculo partidário, em torno do projecto político socialista. De outro modo, como interpretar a decisão de filiação? Assalto ao PS? Refundação do partido? Com que legitimidade? Com que experiência? A que propósito?

O que equivale a afirmar que a renovação, nos termos relatados por Vitalino Canas, poderá beneficiar destas novas energias, mas não poderá depender exclusivamente delas. E beneficiará, a meu ver, tanto mais e melhor quanto menos se falar de “velhos” e “novos” militantes – até porque estatutariamente tais categorias não existem!

Beneficiará, também, se os mecanismos institucionais de recepção e, sobretudo, de enquadramento dos camaradas recém-filiados funcionarem bem. Se uma boa recepção pode decorrer do normal recurso às

O nosso Partido deve rumar, incansavelmente, rumo à globalização. Uma globalização não só económica, mas também política, social e cultural. Uma “nova ordem mundial”, mais prática e realista, em que o antigo conceito de nação pode então, e só então, se extinguir para dar origem a um verdadeiro governo mundial.

O contexto actual da nossa vida partidária leva-nos a amplas e consideráveis reflexões sobre o Partido que queremos e desejamos. Os tempos actuais e vindouros apresentam-se com novos e importantes desafios que o PS tem que encarar, seriamente, como essenciais para a transformação da sociedade global, na qual Portugal tem um papel, sem dúvida, significativo a desempenhar, e que, como tal, o PS tem responsabilidades crescidas como uma das maiores forças políticas nacionais. As antigas e estagnadas definições de esquerda e direita políticas revelam-se desactualizadas para caracterizar realidades presentes que em nada já encontram total correspondência. Assim, é imperativo que assumamos nova terminologia que encontre alinhamento com factores presentes e futuros de exigência de resposta global e concreta. O eleitorado português, acompanhando e bem os novos tempos, “centralizou-se”, não se revendo mais, na sua maioria, em princípios corroidos e corrompidos.

Este “centro” corresponde então a doutrinas mais inovadoras, retiradas tanto da tal antiga esquerda como da tal velha direita, e portanto assumindo personalidade própria e independente daquelas duas, caso evidente, uma vez que se afirma autonomamente nas urnas e tão bem nas ideologias partidárias próximas. Deste modo, o PS, consciente da sua tarefa fulcral no País, deve e tem que acompanhar estas novas evoluções, em nome do interesse público, de forma a não ficar atrás da linha de combate político. As alterações, a serem introduzidas nos estatutos, devem conter esta nova conceitualização, e portanto, a afirmação de identidade com este novo e indispensável denominado centro político. Preparado para estes novos desafios, o nosso Partido deve rumar, incansavelmente, rumo à globalização. Uma globalização não só económica, mas também política, social e cultural. Uma “nova ordem mundial”, mais prática e realista, em que o antigo conceito de nação pode então, e só então, se extinguir para dar origem a um verdadeiro governo mundial. Aqui se apresenta em evidência o meu claro cepticismo em relação à União Europeia, fundada em bases divergentes e redutoras, que na convergência destes dois factores se revela utópica e negativa. Um modelo actual, não federalista, é tolerável, mas a tal “construção política”, sinónimo de federalismo, é extremamente perversa e condenada ao fracasso. Culturas diferentes, línguas diferentes, histórias diferentes e sociedades diferentes e antagonicas, agrupadas à escala de um continente, no maior desprezo do resto do mundo - e portanto de grande parte do mundo civilizado, em nome dum pseudo “must” de evitar uma nova guerra, pode, pelo contrário, precipitar mais rapidamente uma, quando os interesses mais elevados de cada Estado colidirem de frente e a separação constituir a solução mais viável. No entanto, estas diferenças não seriam condicionadoras à escala mundial. E isto porque aí todos - e sublinho todos - os Estados do globo abdicariam em conjunto da sua soberania face a uma organização governamental mundial, nascendo então uma nova forma de estar política, em que o antigo modelo deixaria de constituir qualquer significado frente à ausência de modelos comparativos vigentes como tão bem a participação de todos, não permanecendo ninguém excluído.

Até lá, a soberania nacional justifica-se e é necessária. Portugal deve e tem que continuar como tal, porque, como disse, o conceito de nação só pode ser afectado pela sua alteração substancial, ou seja, face a uma verdadeira alternativa estável e desejável. O Presidente da República é incumbido constitucionalmente de zelar também por estes valores, e só assim se compreende o ênfase atribuído pela Constituição Portuguesa à independência nacional e à unidade do Estado, com menções fundamentais logo nos arts. 1.º e 5.º e mais adiante protegidos contra revisão constitucional (a.) do art. 288.). A estratégia de política internacional de Portugal deve passar essencialmente por alianças realistas e viáveis, em que existam interesses convergentes. Assim, na Europa mostram-se essenciais as relações com Espanha, e no resto do mundo com os Estados Unidos da América e Brasil. Parte dessa política internacional rumo a esse tal futuro realista e

EQUÍVOCOS SOBRE A RENOVAÇÃO. CONTRIBUTO PARA A REVISÃO ESTATUTÁRIA

PAULO MACHADO

Militante 259888

Secção de Alvalade - Lisboa

mais elementares regras da civilidade e da camaradagem – neste aspecto, e de acordo com a minha experiência, o PS tem sido irreprensível – já o enquadramento exige um programa coerente de formação política. Neste aspecto, a reforma estatutária pode ser mais ambiciosa do que o previsto. Por que não adaptar aquela máxima, atribuída a Kennedy, e desafiar aqueles que agora aderiram ao PS, a que “não perguntem o que pode o PS fazer por eles, mas que digam o que podem eles fazer pelo PS”? Não seria interessante que estes camaradas fossem convidados a pronunciarem-se, nas Secções, em reuniões Federativas, nos Órgãos Nacionais, sobre as suas expectativas, ideias e propostas?

Tem sido evidente que a massa de novas adesões se traduziu por um rejuvenescimento demográfico do partido. Talvez não se reflecta em termos estatisticamente muito significativos, mas tem algum impacto substantivo nas diferentes iniciativas em que tenho participado. Há que estar atento a este fenómeno, desenvolver estratégias em conformidade, evitando o que poderia resultar numa clivagem etária, sem deliberado sentido político, mas de consequências práticas menos interessantes para a vida democrática no interior do PS.

Nesse sentido, apelo, em especial, para que algumas propostas de alterações estatutárias – nomeadamente sobre a contagem sequencial dos mandatos para efeitos de limitação do exercício de funções electivas – devam acautelar soluções de compromisso que não impeçam, os que há mais tempo militam e dirigem, de prosseguir o seu esforço partidário, fazendo-os perder na “secretaria”, mas também não traduzam um imobilismo dirigente que poderia resultar da não consideração dos anos anteriores em que já desempenharam esse tipo de funções. Fica o repto.

POR UM PS MODERNO RUMO À GLOBALIZAÇÃO

MARCOS TEIXEIRA

FONTE ARAGÃO CORREIA

desejável, a componente linguística revela-se essencial.

A explosão digital, e a correspondente comunicação global em massa, só é viável com o domínio dum segunda língua, paralela (ou nos casos aplicáveis coincidente) à nacional, que seja tão perfeitamente dominada como esta. Fruto da sua já extrema implantação internacional mas também, e imprescindivelmente, da sua fácil aprendizagem e simplicidade gramatical sem prejudicar uma comunicação eficiente, o inglês mostra-se, sem dúvida, como a melhor escolha. O português continuará, obviamente, a existir como língua principal em todos os países que já o falam, e quem sabe, noutros ainda, revelando-se portanto, como então foi dito, o relacionamento privilegiado com o Brasil fundamental. Porque não se pode aforrar, num texto desta natureza, todos os temas em detalhe, nem sequer algum que seja, uma vez que a componente resumística se impõe aqui sempre, gostaria para concluir apenas de “tocar” num assunto ainda bastante actual que é o da televisão. Não há dúvida que se impõe a conservação da natureza pública dos dois principais canais da RTP. O tal centro político acima referido vai exactamente também nesse sentido. Ou seja, a coexistência necessária entre o público e o privado, tendo cada um o seu lugar e cada um a sua função imprescindível.

O garante de determinados valores no meio da comunicação audiovisual passa também por uma intervenção directa do Estado, de forma a assegurar o interesse público de modo íntacto e permanente. Não pode servir de desculpa para medidas “castradoras” um eventual prejuízo e/ou uma eventual programação qualitativamente deficiente. Antes, a solução passa, obviamente, por atacar directamente esses problemas, sem recorrer a soluções artificiais a pretexto de intenções alheias àquele mesmo interesse. No entanto, algumas remodelações se impõem como necessárias. Assim, e muito embora preservando a natureza pública daqueles dois canais, bem como o facto de o primeiro se manter com publicidade geral, e o segundo apenas com publicidade institucional, cabe gerir os recursos mais proveitosamente em nome desse mesmo interesse público. Deste modo, a RTP-África deveria ser extinta, e a sua programação específica integrada, tanto quanto possível, na RTP-Internacional. A RTP-2 deveria ser transmitida, via terrestre, também para os Açores e Madeira, onde só pode ser vista actualmente por quem aderiu ao cabo. E isto, porque enquanto regiões de Portugal que são, tal como o Porto, Alentejo ou Algarve, têm direito expresso a beneficiarem gratuitamente do segundo canal nacional geral. No entanto, mostra-se desnecessária a continuação da existência de dois canais regionais distintos (a RTP-Açores e a RTP-Madeira) cujo espaço programacional é, na sua maioria, preenchido com repetições da programação da RTP-1 e da RTP-2.

Assim, e para salvaguardar a programação regional, e em paralelo com a implementação daquela outra média referente à extensão emissiva do segundo canal da RTP, seria desejável a fusão daqueles dois canais regionais, formando uma eventualmente denominada RTP-Regiões, com conteúdo exclusivamente regional, repartido equitativamente entre Madeira e Açores. Medida esta, exemplar até para o resto das regiões do nosso país, na esperança também dum contributo para a tão necessária, e ainda não efectuada, regionalização do continente português, que se impõe pelas suas vantagens, como também pela Constituição (que já sabiamente as previu). Portugal precisa do PS, dum PS renovado e capaz de enfrentar os novos desafios, correspondendo melhor aos interesses do povo português. Dum PS moderno, rumo à globalização.

A SEMANA PREVISTA

SEG.
TER.
QUA.
QUI.
SEX.
SÁB.
DOM.

A pedido do Partido Socialista, o ministro da Defesa, Paulo Portas, vai hoje, quinta-feira, à Comissão Parlamentar de Defesa, prestar esclarecimentos sobre o fim do contrato com a Eurocopter para o fornecimento de nove helicópteros para o Exército português.

Retomando as reuniões semanais, o Secretariado Nacional do Partido Socialista tem marcado para a próxima terça-feira o seu encontro, sob a presidência de Ferro Rodrigues.

Realiza-se a segunda reunião da COC de preparação da reunião magna dos socialistas no próximo mês de Novembro.

O Executivo socialista da Câmara do Montijo entrega amanhã as chaves de 80 novas habitações construídas no âmbito do Programa Especial de Realojamento no Esteval.

Termina no dia 9 de Setembro, segunda-feira, o prazo para o Presidente da República decidir se envia ou não para o Tribunal Constitucional a lei dos supranumerários da Função Pública.

No âmbito das comemorações da Data Nacional do Brasil, a Fundação Mário Soares em colaboração com a Embaixada do Brasil organizam uma mesa-redonda intitulada Relações "Brasil-Portugal: Hoje e Sempre", que terá lugar no dia 10 de Setembro no auditório da Fundação.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

SECÇÕES DO PS/MADEIRA

Funchal
Rua do Surdo, 30/A - 9000 Funchal
Tel: 291225612

Porto Santo
Bairro do Aeroporto, 8 - 9400 Porto Santo
Tel: 291984510

Ribeira Brava
Sítio Abegoaria, Lote 6 - BL C - 1º Dto.
9125 Caniço
Tel: 291952521

Camacha
Sítio dos Carais, D'Além, nº 83
9135 Camacha

Câmara de Lobos
Rua João Gonçalves Zarco, 114
9300 Câmara de Lobos
Tel: 291940638

Calheta
Vila - 9370 Calheta
Tel: 291824329

Machico
Sítio da Graça - 9200 Machico
Tel: 291966150



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt
Mary Rodrigues
mary@partido-socialista.pt
Paulo Pisco

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**

Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura**

Junto envio o valor da assinatura

- Cheque
 Vale de correio 12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____

Assinaturas	12 meses
	52 números
Continente	25 €
Regiões Autónomas	32 €
Macau	54 €
Europa	63 €
Resto do Mundo	92 €

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados